



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO HUMANIDADES
DEPARTAMENTO HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

MARIANE BARBOSA DA SILVA

**O MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS DA PARAÍBA (MMT/PB):
A DESCOLONIZAÇÃO DOS ARQUIVOS, DA SEXUALIDADE E DOS AFETOS NA
DÉCADA DE 1980**

GUARABIRA

2025

MARIANE BARBOSA DA SILVA

**O MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS DA PARAÍBA (MMT/PB):
A DESCOLONIZAÇÃO DOS ARQUIVOS, DA SEXUALIDADE E DOS AFETOS NA
DÉCADA DE 1980**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Graduação em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em História.

Área de concentração: História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sensibilidade.

Orientadora: Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa

Coorientadora: Arquivista e Doutoranda Priscilla Gomes de Araújo

GUARABIRA

2025

MARIANE BARBOSA DA SILVA

O MOVIMENTO DAS MULHERES TRABALHADORAS DA PARAÍBA (MMT/PB): A
DESCOLONIZAÇÃO DOS ARQUIVOS, DA SEXUALIDADE E DOS AFETOS NA
DÉCADA DE 1980

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado à Coordenação do Curso de
História da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
Licenciada em História.

Aprovada em: 29/05/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Naiara Ferraz Bandeira Alves** (***.880.884-**), em **04/06/2025 12:54:39** com chave **38e2c6ca415c11f090fc2618257239a1**.
- **Susel Oliveira da Rosa** (***.162.220-**), em **03/06/2025 21:41:41** com chave **ae70c0b640dc11f0b8231a7cc27eb1f9**.
- **Lidineide Vieira da Costa** (***.282.084-**), em **04/06/2025 16:05:34** com chave **e47f2a5e417611f0baaf1a7cc27eb1f9**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a
leitura do QrCode ao lado ou acesse https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/ e informe os dados a seguir. **Tipo de Documento:**

Folha de Aprovação do Projeto Final

Data da Emissão: 04/06/2025

Código de Autenticação: 94e141



É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586m Silva, Mariane Barbosa da.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) [manuscrito] : a descolonização dos arquivos, da sexualidade e dos afetos na década de 1980 / Mariane Barbosa da Silva. - 2025. 61 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Susel Oliveira da Rosa, Departamento de História - CH".

"Coorientação: Prof. Ma. Priscilla Gomes de Araújo, Departamento de História- CH".

1. MMT. 2. Mulheres. 3. Resistência. 4. Trabalhadoras.
I. Título

21. ed. CDD 331.4

Dedico este trabalho, a cada conquista presente e futura da minha trajetória acadêmica, aos meus pais, Mercês e Miguel, que sob muito sol e chuva, com as mãos calejadas da árdua vida no campo, fizeram-me chegar nesse lugar que habito hoje. Ao meu noivo, Ramil dos Santos Alves, com sua perspicácia e sensibilidade, que me guiou durante essa caminhada. Dedico esse trabalho a todas as mulheres do brejo paraibano, as suas histórias nos guiam e nos fortalecem no caminho da resistência em nosso corpo-espaco-território.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos de graduação, encontrei-me de tantas formas, renasci de diferentes maneiras e tornei-me parte do que gostaria de ser. As experiências nas salas de aula e nos auditórios da UEPB, as conversas nos corredores e na coordenação foram emancipatórias, moldaram a minha identidade.

Eu sou uma semente da UEPB, sou fruto de um coletivo de pessoas humanas e resilientes que formam o campus III. A minha pesquisa é o resultado de diversas "mãos" que me guiaram e me sustentaram durante a minha trajetória de vida. Sou descendente de agricultores e agricultoras, uma das sete filhas de trabalhadores rurais. A minha ancestralidade está na terra e a terra é parte de mim.

Para tanto, agradeço a Deus por ter honrado cada palavra e promessa sussurrada a mim. É para você, meu Jesus, que dedico todas as minhas conquistas. Agradeço pelos silêncios reconfortantes, pelas mensagens subliminares enviadas diariamente pelo senhor. Agradeço por cada pessoa colocada em meu caminho e por ser o maior símbolo de amor em minha vida. O que há de melhor em mim, vem de ti, Jesus.

A minha mãe, Maria das Mercês Barbosa da Silva, a minha referência de resiliência e afeto. A mulher da alma mais bela e do sorriso mais afetuoso que eu conheço. Obrigada pelas ligações diárias e por sempre incentivar os meus estudos, por sonhar junto comigo em tudo que busco realizar.

Ao meu pai, Miguel José da Silva, por ter me ensinado sobre o verdadeiro sentido da vida: estar com quem amamos. Obrigada pelas conversas divertidas e pelos sorrisos que você me proporcionou durante esses anos. As piadas e as conversas trocadas no pé de sua rede, sempre estarão em minha memória.

Aos meus pais que sob muito sol conseguiram não só criar, mas inspirar todos seus /suas filhos/filhas a serem pessoas boas e dignas.

As minhas irmãs, Marinalva e Maria das Graças, por segurarem a minha mão desde que eu nasci e por me amarem tanto, a vocês agradeço por tudo o que sou.

Aos meus irmãos, Marinaldo, Mauricelio, Marivaldo e Valdi, pelo carinho e apoio demonstrado durante esses longos anos da minha vida.

As minhas cunhadas, Jamily e Janielma, pelos abraços e pelas palavras reconfortantes trocadas.

Aos meus cunhados, Josenildo e Bastinho, obrigada por cada ensinamento e apoio nessa caminhada, saber do tamanho da fé que vocês depositam em mim, faz-me crer em voos mais altos. Vocês são referências na minha vida. A vocês agradeço.

Aos meus sobrinhos amados, Emanuel, Samuel, Esmael e Ester. Agradeço pela vida de vocês, pelos sorrisos e a luz que vocês proporcionam em minha vida.

Ao meu amado noivo, Ramil dos Santos. Entramos na universidade juntos, com um sonho em comum: nos tornarmos historiadores. Você foi meu pilar nas lutas diárias, a pessoa que ouviu minhas inseguranças e os meus medos, mas que sempre me incentivou a ir além, a me posicionar e a aproveitar o máximo possível as minhas experiências. Com sua sensibilidade e amor, você me compreendeu e acolheu nos meus melhores e piores momentos. Estou tão orgulhosa de crescer ao seu lado, de acompanhar a pessoa maravilhosa e o profissional grandioso que você se torna a cada dia. O maior presente e a minha maior bênção foi viver esses quatro anos com você. Ao melhor noivo e companheiro: você supera todas as minhas expectativas, todos os dias.

A minha prima Zélia pelo apoio e cuidado comigo durante esses três anos juntas, por se tornar uma segunda mãe, uma amiga e uma conselheira ao longo do meu percurso acadêmico. Os seus abraços e os seus carinhos aqueceram o meu coração durante os dias nublados.

A minha tia Eliete pelo carinho durante os últimos anos, você é o farol que ilumina a minha jornada. A você agradeço

Ao meu querido Zuza, marido da minha prima Zélia e um segundo pai para mim, a sua partida ainda dói todos os dias. Obrigada por tanto incentivo, por ter acolhido os meus estudos com tanto fervor e defender os meus sonhos como se fosse seus. O seu afeto e a sua risada levarei comigo para o resto da vida.

A toda a minha família, eu agradeço a construção de todo meu trabalho. Aos meus tios, tias, primos, primas, aos meus sogros e aos (as) meus (minhas) cunhados(as). As trajetórias de cada um inspirou-me na escrita de cada palavra, de cada verso da minha pesquisa.

Às minhas queridas amigas Camily, Mariana, Franciele, Camilla, Uann e Poliana, a amizade de vocês é um verdadeiro bálsamo para a minha alma. Sou imensamente grata por cada momento de apoio, por vibrarem comigo em todas as conquistas e por demonstrarem que o amor ultrapassa as barreiras do espaço e do tempo. As lembranças que construímos juntas são fonte constante de força para minha caminhada diária e estão intrinsecamente entrelaçadas ao que sou. Crescer ao lado de vocês e contar com essa amizade ao longo da vida fez de mim a pessoa que sou hoje. Obrigada, do fundo do coração, por serem parte essencial da minha história.

As lindas amizades que a UEPB me presenteou, Vital, Mércio, Lucas Santos, Lucas Soares, Thalita Kadija, Thalyta Gomes, Valéria Pedro Macedo, Pedro Rocha, João Paulo, Bianca Barbosa, Maria Bianca, Carlos Henrique, Camilla, Yasmin, Anthony, Susanne, Denilson, Wesley, Geann, Kevin, Jacksiel, Maria Clara, entre outros. Vocês são incríveis. Obrigada pela amizade e por serem tão humanos e companheiros/as durante essa jornada acadêmica.

As minhas duplinhas da Universidade, Maria Clara, Janilma e Mayra. Vocês foram essenciais nessa caminhada, um presente que eu recebi durante essa trajetória. É difícil colocar em palavras o quanto vocês significaram para mim ao longo dessa caminhada. Desde os primeiros desafios até as conquistas mais marcantes, vocês estiveram ao meu lado com parceria, companheirismo e leveza. Cada uma, com sua singularidade, contribuiu de forma única para tornar essa trajetória mais rica, mais suportável e, acima de tudo, mais bonita. Mayra, com sua sensibilidade e atenção aos detalhes, me ensinou sobre cuidado e escuta. Janilma, sempre firme e determinada, me mostrou o valor da coragem e da persistência. Clara, com seu jeito acolhedor e senso de humor, trouxe leveza mesmo nos dias mais difíceis.

A turma de História 2021.1, a todos vocês agradeço pelos quatro anos leves e cheios de acolhimento e aprendizado. Cada um de vocês: Carlos Henrique, Denilson, Camila, Alicia, Bianca, Emanuel, João Paulo, Julia e Karla.

As amizades maravilhosas que o GEPIEST me deu, Elizeu, Iarityça, Mércio, Emanuel, Naiara, Rafaela, Camyla, Gessica. As memórias da nossa pesquisa em Princesa Isabel e as vivências que tivemos durante essa passagem efêmera pela UEPB habitam em meu coração.

A equipe do SEDUP que foram tão acolhedores comigo e com os extensionistas. A humanidade que permeia o ambiente do SEDUP e existe em cada um de vocês inspiraram-me durante todo desenvolvimento da minha pesquisa. Agradeço a Lidineide, Cleanton, Orlandil, Priscilla, Rosângela e aos demais membros do SEDUP.

Ao meu querido Professor Marcelo Saturnino, carinhosamente apelidado de "Mestre dos Magos". Que alma linda você tem! Obrigada por ter proporcionado a minha primeira experiência em uma pesquisa de campo, foi ali que me encontrei. Sou grata pela sua amizade, pelas conversas e pelos momentos vivenciados ao longo desses quatro anos. Obrigada por ser tão humano e zeloso com as pessoas ao seu redor.

À você, minha querida Joana Dar'k, Com o coração repleto de gratidão, você representa para mim um verdadeiro farol em meio às muitas travessias da vida acadêmica e pessoal. Obrigada pelas confidências partilhadas nos momentos de cansaço e esperança, pelos conselhos sempre tão sábios e acolhedores, e por cada sorriso e abraço trocado nos corredores da UEPB,

gestos que, mesmo na simplicidade, carregam potência transformadora. Sua presença foi mais do que companhia: foi inspiração. Você se tornou uma das minhas maiores referências de humanidade, resiliência e profissionalismo. A forma como conduz sua trajetória, com firmeza e sensibilidade, me ensinou — e ainda ensina — que é possível trilhar caminhos éticos e humanos mesmo diante dos maiores desafios. Sou profundamente grata pela oportunidade de ter caminhado ao seu lado durante a experiência da pesquisa acadêmica. Guardo no coração cada momento que vivemos juntas, as conversas, as trocas sinceras, os silêncios compreendidos, as risadas espontâneas e até os cansaços divididos.

À minha querida Susel: nosso encontro aconteceu no segundo período da graduação, e desde então, estar ao seu lado e ouvir suas palavras sempre foi fonte de inspiração e encantamento. Você é uma luz deslumbrante que ilumina cada diálogo com sabedoria e sensibilidade. Sou profundamente grata por ter me apresentado ao MMT/PB e por conduzir essa mediação com tanta força e delicadeza. Sinto um orgulho imenso por ter sido sua orientanda, extensionista e monitora. Viver essa trajetória acadêmica ao seu lado foi uma bênção rara, que guardarei para sempre no coração.

A minha coorientadora maravilhosa, Priscilla Gomes. A você dedico a construção e o aprofundamento do meu estudo sobre o MMT, sem a sua paciência e mediação, não seria possível realizar a pesquisa. Obrigada pelas palavras de incentivo e por colher as minhas inseguranças de uma forma tão leve. Você é uma profissional incrível e potente.

As professoras que compuseram a minha banca avaliadora, Naiara Ferraz e Lidineide Vieira da Costa, pelas contribuições assertivas e por aceitarem ser parte deste momento ímpar da minha jornada acadêmica. A vocês, todo meu amor e gratidão.

Sou grata a todos os professores com quem tive oportunidade de caminhar durante essa graduação, todo meu carinho a vocês: Luciana, Waldeci, Joedna, Velbiane, Edna, Luíz Mário, Mariângela, Carlos Adriano, Naiara, Elisa, Alômia e Cristiano.

Agradeço também a Rilane, Diego e Priscilla por sempre acolherem nossas ansiedades e por serem pessoas incríveis e amáveis. Agradeço a todos os funcionários que possibilitam que a roda afetiva da UEPB continue girando.

A minha trajetória é feita de inúmeros passos dados não só por mim, mas por cada mão que segurou a minha, por cada voz que me encorajou e por cada coração que acreditou junto comigo. A coletividade é a força que transforma sonhos em realidade, o elo invisível que nos sustenta nas dificuldades e nos impulsiona a crescer. Porque ninguém constrói sua história sozinho, somos todos parte de uma rede viva de afetos, aprendizagens e resistências. E é nesse entrelaçar de vidas e histórias que reside a verdadeira grandeza da caminhada.

A todos que fazem parte da minha vida, sou grata pelas suas existências e resistências.

Nós, caminhando pelos penhascos
atingimos o equilíbrio das planícies
Nós, nadando contra as marés
atingimos a força dos mares
Nós, edificando nos lamaçais
atingimos a firmeza dos lajeiros
Nós, habitando nos rincões
atingimos a proximidade da redondeza
Nós somos o começo, o meio e o começo
Existiremos sempre
sorrindo nas tristezas
para festejar a vinda das alegrias
Nossas trajetórias nos movem
Nossa ancestralidade nos guia
(Nêgo Bispo apud Redes da Maré, 2018)

RESUMO

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB) nasceu em 1982 a partir da articulação de trabalhadoras rurais da região do Brejo Paraibano. No decorrer dos anos, múltiplas categorias de trabalhadoras participaram do movimento, fazendo-o florescer. Assim, este estudo objetiva analisar a importância da mobilização das mulheres do MMT/PB na desconstrução do corpo, da sexualidade e dos lugares do feminino socialmente instituídos. Metodologicamente, fizemos uso de uma pesquisa bibliográfica sobre os sujeitos da pesquisa e analisamos os documentos do MMT do acervo arquivístico do Serviço de Educação Popular (SEDUP), com base em uma abordagem decolonial. Na fundamentação teórica, recorri aos respectivos autores: Bellotto (2014), Gak et al (2021), Rosa (2013), Carneiro (2023), Núñez (2023), Foucault (1999), Swain (1996; 2023), Akotirene (2019), Lugones (2020), Rago (2001; 2019), Farge (2009), Ecléa Bosi (1994), Perrot (1989; 2019), dentre outros. A presente pesquisa buscou contribuir para a construção de uma memória mais decolonial e feminina em relação à história das mulheres do brejo, partindo da perspectiva que os registros materiais do MMT fazem parte de um arquivo de resistência e se caracterizam pelo seu caráter decolonial e comunitário. O MMT/PB articulou trabalhadoras rurais e urbanas para ampliar as suas atuações políticas e sociais e dismantelar as imposições sexuais e afetivas sobre as suas experiências. Dessa forma, o MMT/PB construiu espaços emancipatórios de sociabilidade em que as mulheres saem das sombras e se tornam parte do mundo, parte da resistência.

Palavras-Chave: MMT; Mulheres; Resistência; Trabalhadoras.

RESUMEN

El Movimiento de Mujeres Trabajadoras de Paraíba (MMT/PB) nació en 1982 de la articulación de las trabajadoras rurales de la región de Brejo, en Paraíba. A lo largo de los años, múltiples categorías de trabajadoras han participado en el movimiento, haciéndolo florecer y lleno de debates diversos. De esta forma, este estudio pretende analizar la importancia de la movilización de las mujeres del MMT/PB en la deconstrucción del cuerpo, de la sexualidad y de las posiciones femeninas socialmente instituidas. Metodológicamente, se recurrió a la investigación bibliográfica sobre los temas de la investigación y al análisis de documentos de MMT del acervo archivístico del Servicio de Educación Popular (SEDUP) a partir de un enfoque decolonial. En el marco teórico, recurrí al diálogo con los siguientes autores: Bellotto (2014), Gak et al (2021), Rosa (2013), Carneiro (2023), Núñez (2023), Foucault (1999), Swain (1996; 2023), Akotirene (2019), Lugones (2020), Rago (2001, 2019), Farge (2009), Ecléa Bosi (1994), Perrot (1989;2019) y otros. Esta investigación buscó contribuir a la construcción de una memoria más decolonial y femenina en relación a la historia de las mujeres de Brejo, partiendo de la perspectiva de que los registros materiales del MMT forman parte de un archivo de resistencia y se caracterizan por ser decoloniales y comunitarios. El MMT/PB reunió a trabajadoras del campo y de la ciudad para ampliar sus actividades políticas y sociales y dismantelar las imposiciones sexuales y afectivas sobre sus experiencias. De este modo, el MMT/PB ha construido espacios emancipadores de sociabilidad en los que las mujeres salen de las sombras y pasan a formar parte del mundo, de la resistencia.

Palabras Clave: MMT; Mujeres; Resistencia; Trabajadores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1–	Coordenadoras do MMT reunidas na sede em Pirpirituba-PB.....	33
Figura 2–	Encontro de casais do MMT/PB.....	36
Figura 3–	Mapa conceitual do MMT/PB.....	41
Figura 4–	Inauguração da sede do MMT/PB na cidade de Pirpirituba em 1986	43
Figura 5–	Plenária realizada no I Encontro Estadual de Trabalhadoras	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALDEG	Associação das Lavadeiras e Empregadas Domésticas de Guarabira
APEC	Associação dos Profissionais de Educação e Cultura
CENTRU	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONCLAT	Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
MMT/PB	Movimentos de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba
MMB	Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo
MMTR/NE	Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste
MMTR/PE	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco
OXFAM	Comitê de Oxford para Alívio da Fome
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SEDUP	Serviço de Educação Popular
STRs	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
TL	Teologia da Libertação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	“POR FONTES MAIS FILOGINAS”: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE OS DOCUMENTOS DO MMT/PB.....	21
3	“E NO MOVIMENTO, POR QUE É QUE EU NÃO SOU MULHER ?”.....	29
4	A DESCOLONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE E DOS AFETOS À PARTIR DO MMT/PB	49
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	FONTES	57
	REFERÊNCIAS	57

1 INTRODUÇÃO

O silêncio imposto pela ordem patriarcal acompanhou as mulheres durante longos períodos históricos. A partir de um diálogo com o passado, percebemos como as nossas vozes ancestrais foram abafadas. Tentaram queimar e relegar os seus vestígios ao esquecimento. A nossa existência só começou a ser contada na historiografia com o surgimento da terceira geração dos Annales, denominada Nova História, em 1970. Nessa fase, a história se esmigalha. Com isso, percebe-se a necessidade de apresentar outras narrativas, outros sujeitos, outras histórias esquecidas na construção do saber histórico. É nesse esmigalhamento da história tradicional que emerge a história das mulheres. Com a investigação de historiadores/as, desvelamos a existência de mulheres na história da humanidade. O palco, restrito ao masculino, aos grandes feitos e aos grandes homens, torna-se nosso.

Partindo de uma nova lente analítica sobre os documentos e os vestígios históricos (materiais e imateriais), nota-se, entre as nuances e os pontos de interrogação, o eco das mulheres que existiram. Destarte, há registros de mulheres ocupando os espaços sociais, não apenas os domésticos, estritamente impostos a elas desde a Antiguidade. Deparamo-nos com os vestígios de mulheres ocupando altos e baixos cargos na pirâmide social, exemplo disso é Nefertiti, rainha do Antigo Egito.

Atravessando essa linha imaginária da Antiguidade à Idade Média, nota-se como era comum assistir às mulheres se tornando líderes de mosteiros, peregrinando, pregando a palavra divina, atuando como teólogas, escritoras e professoras dos/das meninos/meninas nos mosteiros. No período medieval, era comum estas seguirem o “caminho” religioso para “escapar” do casamento ou, até mesmo, para acessarem uma educação de qualidade. Porém, também havia mulheres casadas ou viúvas que se dedicavam à vida religiosa. Elas sempre se fizeram presentes nos espaços sociais, atuaram e buscaram resistir e driblar as imposições sociais que limitaram o seu movimento na sociedade.

Da Idade Média à contemporaneidade, assistimos à ascensão de rainhas, revolucionárias, sufragistas, comunistas, feministas; observamos as resistências, anteriormente desenvolvidas de forma cautelosa, ganhando proporções arrebatadoras, com base na historiografia ocidental. A cada fonte descoberta ou relida, nota-se as criativas e distintas maneiras de resistir desenvolvidas por cada mulher em seu tempo. Desse modo, os/as historiadores/as sentiram a necessidade de falar sobre os seus hábitos, crenças, vestuários, os seus desafios e subversões nos diferentes contextos socio-históricos. Essa investigação se dá

por meio dos vestígios deixados por essas mulheres. De acordo com Michelle Perrot (2019), são com base nas memórias materiais e imateriais sobreviventes que alcançamos vislumbres de como essas mulheres viviam. É com estes fragmentos do passado que buscamos constituir um espelho que ressoa imagens dessas mulheres longínquas.

Além da construção da história das mulheres — sejam elas trabalhadoras, operárias, donas de casa, dançarinas, cantoras, rainhas, revolucionárias, entre outras facetas — também percebemos como o feminino foi imbuído de normatizações construídas pelo patriarcado e como as mulheres buscaram resistir a essas mordanças. Inclusive, o foco do estudo deste trabalho, o “Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB)”, é um símbolo de resistência regional. Por fim, não podemos negar a existência de uma tradição patriarcal na construção de discursos associados à inferiorização do feminino, à construção de representações sobre nós e para nós, responsáveis pelos papéis sociais de gênero e pela formulação de subjetividades femininas que definiram, ao longo dos diferentes contextos socioculturais históricos, como devemos ser, o que devemos sentir, como devemos habitar esse corpo — o corpo pertencente exclusivamente a nós.

A construção do feminino e as limitações impostas em nosso cotidiano geraram uma inquietação acerca dessa realidade. Sou mulher branca, com cabelos ondulados, olhos da cor castanho-escuro, com cerca de 1,60m de altura. Assim como também sou a sexta filha de dois agricultores que residem em Sertãozinho, cidade do interior da Paraíba. Ser mulher em um meio predominantemente patriarcal e de submissão adocedora, fez-me presenciar discursos e situações que restringiam os lugares que nós “poderíamos ocupar”. Desde a minha infância, o único caminho apresentado era o casamento; as conversas de um futuro distante se limitavam a esse tema. No entanto, essa visão de futuro nunca foi-me suficiente. Portanto, diante do lugar que acredito ocupar no mundo, identifico-me como uma pesquisadora transcolonial — um conceito cunhado pela historiadora Cláudia Pereira Vasconcelos — pelo fato de ser uma mulher branca, mas, mesmo diante desse lugar de privilégio, situar-me no cruzamento de marcadores sociais, como gênero, classe social e origem geográfica, que ainda subalternizam-me.

Para Vasconcelos (2023), a nossa existência é caracterizada no “entre-lugar”; nós nos encontramos nas fronteiras entre colonizado e colonizador, nas encruzilhadas do lugar de oprimido e opressor. Entretanto, o que nos define são as nossas escolhas e fazeres ao tomar consciência desse fato. Nesse viés, como propõe a autora, para nós, que nos identificamos como historiadoras e historiadores transcoloniais, resta-nos “adentrar nos espaços de produção de saber/poder e elaborarmos um pensamento que inclui as nossas vivências e afetos”. A minha história se entrelaça com a das mulheres do MMT, porque somos concebidas nesse “berço”

ancestral da terra, somos fruto das resistências singulares forjadas nesse espaço-território. O meu encontro com o MMT iniciou um processo de introspecção em relação às minhas experiências particulares, reconectou-me com a minha ancestralidade e fez-me perceber a potencialidade de conhecer as redes de afeto entre as mulheres que respaldam a história do brejo paraibano.

Ser mulher e tornar-se mulher é uma construção tecida de subjetividades e vivências sociais, imbuídas de sensações, de descobertas, de reelaborações de si e dos afetos que tecem histórias de vida. Tornar-me mulher decorreu mediante um processo de reencontro com meu eu, há tanto tempo amordaçado pelas imposições de feminilidade, preso em amarras religiosas de submissão, ferido pela objetificação e invasão do seu corpo, trancafiado em si pelas normatizações sociais que impuseram quem eu deveria ser e tecer os meus lugares de fala. Foi a partir do curso de História — principalmente na disciplina Teoria da História I, ministrada pela Professora Susel Oliveira da Rosa —, com os debates e o material proposto, que conheci “A História das Mulheres”. As múltiplas histórias e trajetórias das mulheres não foram apresentadas desde o Ensino Fundamental. Ao conhecer os diversos estudos e trabalhos acadêmicos sobre figuras nacionais e regionais femininas, questionei-me sobre os silêncios em relação às mulheres na historiografia. Isso me lembra o que Perrot (2019) ressaltou em seu livro *Minha História das Mulheres*. Ela narra como as mulheres e os homens andaram lado a lado na história, mas apenas o viés masculino foi registrado e, por muito tempo, a história das mulheres foi contada pelos homens. E sabia, a partir desse momento, que escreveria sobre a nossa história.

Nesse viés, conheci o Movimento das Mulheres Trabalhadoras (MMT/PB), no sétimo período da graduação, em um encontro mediado pela professora e orientadora Susel, que me chamou para participar como extensionista no Projeto de Extensão da Universidade Estadual da Paraíba: “O SEDUP e as Mulheres: Arquivos de Resistência”, no Serviço de Educação Popular (SEDUP).

Encontrar-me com o MMT foi uma ruptura e um voo pelas lembranças do passado. Criada em um seio familiar rural, permeado pelas limitações e pela tranquilidade do campo, cresci observando a minha mãe, Maria das Mercês, de uma impetuosa força e serenidade, desdobrar-se nos afazeres do lar, nas plantações do roçado e no cuidado dos seus seis filhos. Sentada no quintal de casa, enquanto cortava as verduras para o almoço, contava-me sobre como a minha avó materna adoeceu e morreu tão rapidamente em sua mocidade. Com apenas quinze anos de idade, enxergou-se sem a sua mãe; viu-se obrigada a criar os seus irmãos e cuidar do seu pai. Casou-se com apenas dezoito anos de idade com meu pai, Miguel José,

engravidando logo em seguida. A minha mãe narra que perdeu a sua mocidade cedo, ao se tornar adulta simultaneamente com a morte de sua mãe. Ao falar de sua adolescência, relata que “quase não aproveitou, quase não brincou, quase não viajou, quase não viveu”. A história da minha mãe reflete a história de várias mulheres paraibanas — uma narrativa de resistência e ressignificação.

Nessa nova realidade, Mercês se tornou parte da terra, e a terra fez-se parte dela. Sua paixão pela agricultura e pela criação do gado perdura até hoje. Escuto-a entoando cantos e assobios no campo. De uma sensibilidade aguçada, expressada em suas conversas com os animais, no respeito com os ciclos de vida e morte das plantas, em sua relação com os ventos e os rios. Após se casar, sua vida foi restrita ao lar e aos cuidados com os filhos e com os meus avós paternos. Lembro-me dos momentos em que as dificuldades financeiras batiam à nossa porta, Mercês e Miguel esqueciam de suas próprias necessidades para oferecer o mínimo que podiam a seus filhos. Era através de mim e dos meus irmãos que eles sonhavam. Em sua potência como mulher, Mercês incentivou-me, e também às minhas irmãs, a irmos além das limitações impostas pela nossa realidade, onde o casamento era o único destino de uma mulher. Para minha mãe, ser mulher supera o lugar de esposa. Filha de uma agricultora tão resistente, de ímpeto por natureza, minha mãe dizia-me para estudar, para aprender a viver e sair pelo mundo. Onde seus pés não chegaram, os meus dançariam. Mercês me inspirou como mulher, e sua trajetória de vida, assim como a das minhas ancestrais que vieram antes dela, conectou-me às tessituras do MMT/PB.

O Movimento das Mulheres Trabalhadoras surgiu na década de 1980, a partir de uma inquietação das mulheres vinculadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT) da diocese de Guarabira-PB. Os membros da pastoral eram formados, majoritariamente, por 57 (cinquenta e sete) homens e apenas 3 (três) mulheres. Segundo Souza (2019), Neuzinha, Céu e Cerise perceberam, durante as reuniões, que ali não possuíam espaço de fala para expressar as suas opiniões e demandas cotidianas. Dessa forma, lançaram a ideia de criar um grupo formado apenas por trabalhadoras rurais. Mobilizaram-se e passaram a visitar as mulheres de casa em casa para chamá-las para o movimento.

No decorrer dos encontros e reuniões, o MMT passou a intervir nas demandas sociais das trabalhadoras, relacionando-se com as pautas sindicais, participou dos conflitos rurais, das reivindicações contra a opressão dos latifundiários e na luta pela liberdade e pelo direito à saúde, à terra e às condições trabalhistas dignas. O MMT inicia com a pauta das mulheres trabalhadoras rurais, mas, parafraseando Perrot (2019), do mesmo modo que dentro do movimento feminista existem diversos feminismos, logo, dentro do MMT existe uma gama de

movimentos entrelaçados. Exemplo disso é o Movimento das Mulheres do Brejo Paraibano (MMB), criado por membras do MMT após o assassinato da militante alagoa-grandense Margarida Maria Alves, em 1983. O MMB se unifica a posteriori ao MMT, ambos os movimentos atuando nas mesorregiões do Brejo, do Agreste e da Mata Paraibana. Além disso, temos a Associação das Lavadeiras e Empregadas Domésticas de Guarabira (ALDEG), criada no mesmo período, assim como o apoio do Serviço de Educação Popular (SEDUP), criado em 1981.

O SEDUP é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada no município de Guarabira, na Paraíba, por iniciativa da Igreja Católica, por meio da atuação de D. Marcelo Pinto Carvalheira. De acordo com Orlandil Moreira (2012), o SEDUP surge com a finalidade de desenvolver a educação popular, pautada no viés freiriano, junto às “pastorais sociais, comunidades eclesiais de base e organizações populares, na perspectiva do fortalecimento dos sujeitos populares” (Moreira, 2012, p. 122-123). O SEDUP foi influenciado pelo modelo de educação popular emancipatória, defendido por Paulo Freire, e pela Teologia da Libertação. Moreira (2021), com a sua potência e atuação no SEDUP, destaca a necessidade das lideranças rurais e dos movimentos sociais se alfabetizarem nesse período, para participarem tanto das eleições sindicais quanto se prepararem para seguir na luta pelos direitos sociais, em um cenário de exploração e violência latifundiária-militar.

O SEDUP tomou a iniciativa e iniciou o processo de alfabetização e formação dessas lideranças, com o objetivo de que essas(es) trabalhadoras e trabalhadores rurais lessem não só “as palavras, mas também o mundo” (Moreira, 2012, p. 127). O SEDUP participou e colaborou com o MMT desde a sua fundação, ajudando na alfabetização e na formação das mulheres, nos encontros, nas atividades e contribuindo para a produção dos materiais educativos e administrativos.

Metodologicamente, o estudo foi embasado em uma pesquisa bibliográfica sobre o MMT/PB e na análise do arquivo do SEDUP, especificamente os documentos do MMT/PB, mediante uma perspectiva decolonial. Com as atividades de extensão, entrei em contato com a diversidade de documentos do Movimento das Mulheres Trabalhadoras, grande parte produzida em colaboração com o SEDUP. Nas atividades de separação e organização dos subgrupos dos registros materiais de mulheres, encontrei relatórios, panfletos, fotografias, boletins informativos e cartazes relacionados com as articulações realizadas pelo MMT. Com base nesse leque diversificado de documentos, selecionei algumas fotografias, relatórios e cartas para compor a amostra da pesquisa.

Destarte, no desenvolvimento dessa pesquisa, lançamos algumas indagações que buscaremos responder ao longo do trabalho: como os documentos do MMT selecionados do arquivo do SEDUP evidenciam a luta feminista pela liberdade sexual e os direitos em relação ao corpo feminino na Paraíba? Como os documentos do SEDUP, sobre o MMT, desenvolvem o papel de decolonização e feminilização dos documentos históricos sobre a história das mulheres no Brejo paraibano? De que modo o Movimento das Mulheres Trabalhadoras atua na luta pela desconstrução das determinações culturais enraizadas pelo patriarcado sobre o corpo, a sexualidade e a definição do que é ser mulher na sociedade paraibana na década de 1980?

Nesse sentido, é necessário destacar que há pesquisas acadêmicas publicadas em bancos de dados (BDTD, Banco de Teses da Capes e o Periódicos da Capes), sobre o MMT/PB, com base na trajetória, nas atividades de formação para o pleno exercício da militância e que trazem debates vinculados às vivências das mulheres trabalhadoras, das autoras Laianny Cordeiro Silva de Souza (2019; 2020) e de Emmy Lyra Duarte (2014). Entretanto, é importante frisar a importância de analisar o MMT a partir de outras perspectivas, tanto por ser um movimento rico ao se associar com outras pautas, como a Associação das Lavadeiras e o Movimento das Mulheres do Brejo Paraibano, quanto pelo MMT se encaixar na nova historiografia da Paraíba e, por isso, deve ser ainda mais visibilizado. Desse modo, no presente trabalho, tenho como objetivo geral analisar a importância do Movimento das Mulheres Trabalhadoras na Paraíba na luta feminista pela emancipação do corpo, da sexualidade e da desconstrução dos lugares do feminino na sociedade paraibana, a partir de uma abordagem decolonial dos documentos relacionados ao movimento na década de 1980.

Nesse viés, como nosso intuito é investigar os documentos do MMT por meio da lente analítica decolonial e na perspectiva de feminização das fontes, utilizo como arcabouço teórico Farge (2009), Maíra Fernandes de Alencar (2023), Igor Gak *et al.* (2021). Em adição, é necessário interligar a discussão com trabalhos de intelectuais que debatem as determinações sociais de gênero, raça e classe social, e as normatizações sociais impostas ao corpo e à subjetividade feminina. Refiro-me às discussões que dizem respeito aos dispositivos da sexualidade e da racialidade, às questões de gênero e às suas formas de assujeitamento e resistências de Foucault (1999), Tânia Swain (1996), Sueli Carneiro (2023), Lugones (2020) e Carla Akotirene (2019). Além do mais, para compreender os processos de decolonização da subjetividade feminina, mediante as ações e as articulações do MMT, chamo para a discussão autoras como Margareth Rago (2001; 2019) e Geni Núñez (2023). Por fim, para entender a realidade regional e nacional que marca o contexto do surgimento e desenrolar do MMT e as

representações do feminino no âmbito paraibano, trago os trabalhos de Dayane Nascimento Sobreira (2022) e Susel Oliveira da Rosa (2013).

A estruturação deste trabalho é dividida em três momentos: no primeiro capítulo, busquei discutir sobre a importância dos registros materiais do MMT na feminização e decolonização da história das mulheres do Brejo paraibano e a sua relevância na construção de uma memória mais decolonial. No segundo momento, analisei o MMT mediante alguns documentos e pesquisas acadêmicas, a fim de mostrar o processo de formação do movimento, as estratégias de organização e de resistência, às entidades e os movimentos com que se articula, assim como as suas contribuições para as mulheres do Brejo. No último capítulo, analisei brevemente um dos eixos de luta dessas mulheres: a saúde, a sexualidade e a maternidade. Nesse tópico, dialogo sobre a participação do MMT/PB na luta política feminista pela liberdade sexual e a emancipação do corpo feminino em relação às determinações do patriarcado sobre a maternidade, sexualidade e saúde das mulheres, tão característicos da década de 1980.

Dessa maneira, chamo-lhes para mergulhar nessa discussão tão pertinente que é a história do MMT/PB, a emergir junto comigo dentro dos tecidos invisíveis que unem a nossa história com a trajetória dessas mulheres na construção de uma memória mais feminina e decolonial do nosso território.

2. "POR FONTES MAIS FILOGINAS": UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE OS DOCUMENTOS DO MMT/PB

Nas salas de arquivos, os cochichos enrugam a superfície do silêncio, os olhos se perdem e a história se decide. O conhecimento e a incerteza misturados se ordenam em uma ritualização exigente onde a cor das fichas, a austeridade dos arquivistas e os cheiros dos manuscritos servem de balizas para um mundo sempre iniciático. Além do manual de instruções, sempre buscar o arquivo. A partir daí, começa o trabalho (Farge, 2009, p. 55).

A História é uma imensa lacuna, com vazios e silêncios inesgotáveis. O abismo entre o passado e o presente é marcado por interrogações variadas e, por vezes, inquietantes. São nas margens das narrativas sobre o passado que encontramos valiosas relações e interações humanas, as quais ousamos, ou melhor dizendo, ansiamos tocar mediante os fragmentos que chegam ao presente por meio de mediações (Swain, 1996). O contato com os resquícios de um tempo longínquo, especialmente os documentos de arquivo, leva-nos a sentir o êxtase de conhecer histórias e pessoas, a uma “fome” de decifrar os sentidos e significados de cada linha escrita, por trás de cada imagem observada. A relação com o arquivo é permeada de sabores e

dissabores, pois, para Farge (2009), ele carrega um excesso de sentidos, de belezas, responsável por causar um certo espanto e assombro ao observá-lo (Farge, 2009, p. 36).

Ao se debruçar em pesquisas com arquivos, sobretudo os registros judiciais, Arlette Farge revela como “o arquivo oferece uma brecha ao tecido dos dias”, um acesso a “alguns instantes na vida de personagens comuns, raramente visitados pela história” (Farge, 2009, p. 14). Essa brecha nos presenteia com aparições raras, com histórias contidas nas entrelinhas do tempo. Nesses hiatos embebidos por silêncios, de existências relegadas ao véu do esquecimento, perpetuado e mantido por relações de poder, as mulheres tornaram-se sombras tênues (Perrot, 1989). Suas existências raramente foram contadas, eram poucos os nomes que ecoavam no tempo, que ecoavam nas narrativas históricas.

Os vestígios sobre as mulheres, quando chegam ao presente, estão repletos de representações sobre o feminino, a partir de padrões e normas comportamentais universais, que perpassam as regras de vestimentas e estabelecem imposições ao seu sentir e à sua subjetividade, a fim de exercer o controle sobre seus corpos e suas almas (Perrot, 1989). Essas representações criam a figura da “mulher universal”, ou seja, um padrão comum de características e papéis a serem desempenhados por todas. As representações e os estereótipos aos quais as mulheres são submetidas, aponta Chartier (1991), são construídos no mundo social com base no interesse de um grupo em determinar condutas, escolhas e caminhos a serem internalizados por aqueles e aquelas a quem desejam subjugar. Desse modo, Chartier (1991) expõe como a percepção social não é neutra, mas sim carregada de símbolos, práticas e sentidos instrumentalizados por meio de estratégias criadas para manter intactos os lugares de poder e de subordinação.

Com isso, a internalização desse lugar de subordinação é desenvolvida pelas classes dominantes para as camadas sociais baixas, com base na utilização de políticas, normas sociais e valores presentes dentro da família, da escola, do trabalho, da política, da religião, isto é, perpassa os vários âmbitos que as mulheres transitam. Nesse sentido, as mulheres singulares são apagadas, na busca por se universalizar o sentido de ser mulher nas diversas sociedades ocidentais. As subversivas ao sistema são constantemente silenciadas e condenadas em seu meio social, sem contar o processo que essas mulheres vivenciam ao enfrentarem ataques à sua imagem, um mecanismo da sociedade na tentativa de engolir suas transgressoras e deslegitimá-las. Esse controle do feminino pela “ordem das coisas”, uma ordem respaldada pela tradição patriarcal, eurocêntrica e, no caso dos países colonizados, pela colonialidade, é responsável pela carência de fontes públicas e privadas com o olhar das mulheres sobre suas próprias histórias, vivências particulares e resistências cotidianas.

As pegadas das mulheres na história são atacadas e sofrem com a ameaça de serem destruídas. É como se “deixá-las aparecer fosse uma ofensa à ordem” (Perrot, 2019, p. 17), principalmente quando se trata de marcas no ambiente público. Isso porque os principais vestígios femininos estão nos arquivos privados (em cartas, diários, fotos, entre outros). Observamos, por meio dessas fontes, as memórias femininas esgueirando-se das sombras. As marcas de mulheres no ambiente público e suas aparições ferem a dominação da narrativa masculina sobre a história, dado que as relações de gênero perpassam a seleção e a sobrevivência dos arquivos. Para Perrot (2019), os registros públicos eram considerados “mais importantes” do que os privados, devido à presença masculina ser mais enfática no primeiro e a feminina no segundo. E quando há arquivos públicos de mulheres agindo e reagindo socialmente, isso gera incômodo e sinaliza perigo para os vieses históricos hegemônicos. Segundo Cerchiaro e Alves (2022), os arquivos armazenam as vivências e experiências cotidianas de pessoas, grupos e instituições, tornando-se espaços legitimadores de uma determinada memória. Por isso, a presença das mulheres nos arquivos, especialmente as resistências políticas femininas nas fontes, como as do Movimento das Mulheres Trabalhadoras, é considerada perigosa, porque rompe com uma memória hegemônica nacional e regional, estabelecendo novos vieses.

À vista disso, os documentos relacionados ao MMT estão sob supervisão do Serviço de Educação Popular (SEDUP), criado em 1981 como iniciativa da Diocese de Guarabira, gerida, na época, por Dom Marcelo Pinto Carvalheira, com o objetivo de apoiar as lutas sociais e sindicais que explodiram diante de um cenário caótico de violência e perseguição latifundiária-militar (Rosa, 2016). O SEDUP caminhou lado a lado com os movimentos sociais femininos da época, participando da alfabetização da comunidade, da formação das coordenadoras dos movimentos e da formação sindical das novas lideranças femininas e masculinas. Atuou também no registro e na documentação das atividades realizadas pelos movimentos, principalmente o MMT/PB. Os membros do SEDUP participavam tanto fisicamente dessas lutas — uma vez que algumas mulheres que trabalhavam no SEDUP também integravam o MMT — quanto na organização e produção dos materiais educativos para os encontros e manifestações do MMT (cartilhas, histórias, panfletos, cordéis etc.), essenciais para a divulgação do movimento e para a alfabetização das mulheres, que, em sua maioria, eram analfabetas.

O MMT buscava conscientizar as mulheres, mediante a educação popular, principalmente sobre as pautas reivindicatórias (direitos trabalhistas, a maternidade, a saúde e a terra) e sobre quais meios, cotidianamente, o patriarcado buscava subjugar-las. As mulheres

coordenadoras do MMT lançavam mão de peças teatrais, de histórias escritas e orais, de poesias e músicas, a fim de gerar uma inquietação em relação à dominação patriarcal e desnaturalizar as funções do feminino, limitadas pelo “cuidar dos filhos, limpar a casa e servir o cônjuge”. As mulheres do Brejo paraibano tensionaram esses lugares, também eram provedoras do seu próprio lar, trabalhavam junto com os companheiros nos canaviais, preparavam, cultivavam e plantavam nas terras dos latifúndios e, no caso das trabalhadoras urbanas, labutavam as mesmas horas em comparação aos homens, em troca de salários menores. Entretanto, em muitos casos, as mulheres sofriam imposição dos maridos ou familiares para trabalharem também.

As mulheres, sejam trabalhadoras urbanas ou rurais, eram submetidas às condições insalubres de trabalho, eram vítimas de intimidação e violência sexual. Nesse panorama, o MMT, junto com o SEDUP, tornaram-se agentes emancipatórios dos corpos e subjetividades femininas, ao pautarem as suas ações em uma educação popular e feminista, tão defendida por Paulo Freire. Dessa maneira, quebra-se com as algemas do feminino impostas de cima para baixo, a partir das novas representações do que é ser mulher sendo desenvolvidas de baixo para cima.

O SEDUP acumula, desde a sua criação, os documentos produzidos e recebidos que refletem as suas atividades, dos quais destacamos os registros importantes para as ações sociais feministas do MMT, como atas, cartilhas, panfletos, assim como os registros documentais de congressos, encontros, ofícios e solicitações financeiras às entidades e órgãos governamentais (Moreira; Zitkoski, 2021). Os documentos do MMT são preservados pelo SEDUP como forma de ecoar as vozes das mulheres e demais grupos para o futuro, restaurando a memória social da Paraíba fora da narrativa hegemônica, ao contemplar os grupos minorizados, tão importantes na luta por direitos e dignidade em nossa região. Portanto, os arquivos do SEDUP são arquivos de resistência.

Nesse pressuposto, ao tratar-se de vestígios de mulheres, é necessário dialogar com debates arquivísticos iniciados na década de 1970, que buscam desvincular-se de uma perspectiva hegemônica e acrítica sobre os arquivos. Em conformidade com o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (2005), o arquivo é “um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades”. Nesse panorama, de acordo com as autoras Soraya Pacífico e Lucília Romão (2006), os arquivos são os documentos escritos, fotos, desenhos e materiais impressos recebidos ou produzidos pela instituição que os organiza e os guarda. O acervo arquivístico do SEDUP é composto por documentos, em diversos suportes e formatos, produzidos e recebidos no exercício de suas atividades, sejam elas realizadas individualmente

ou em parcerias, junto com os movimentos, sindicatos e com a Igreja Católica. Os documentos do MMT que estão no arquivo do SEDUP, alguns foram produzidos pelo próprio MMT, outros, pela articulação do MMT junto com o SEDUP.

O sentido na acumulação, conservação e preservação desses documentos pelo SEDUP situa-se em resguardar o “caráter probatório e testemunhal de seus componentes documentais” (Bellotto, 2014, p. 4). Para além disso, deve-se ressaltar a importância do processo de preservação desses acervos, uma vez que, embora haja os registros materiais, caso não recebam os cuidados necessários e a devida atenção, os documentos se degradam rapidamente e perdem as suas informações. Portanto, existe todo um processo complexo por trás da preservação de um arquivo, incluindo o cuidado das pessoas arquivistas responsáveis pela gestão dos documentos, os espaços e as condições em que esses registros são preservados.

Em outro viés, Bellotto (2014) expõe que a finalidade dos arquivos, ao serem desenvolvidos, é a de refletir a instituição e a sociedade na qual foram criados, onde se conserva e explora a natureza dos seus testemunhos. Esses documentos nascem para fins administrativos. Após cumprirem as suas funções, podem ser preservados ou descartados para intentos culturais, patrimoniais, acadêmicos e históricos. Esse processo, em que o documento conclui a função a qual foi designado para desempenhar objetivos variados, incluindo de pesquisa, é conhecido como ciclo vital dos documentos. Tal fato lembrou-me da visão de Antônio Bispo (2015) sobre as fases da vida na perspectiva quilombola, em que vivemos em um espiral finito, transitando no começo, meio e começo.

Partindo da visão de Bispo, esse ciclo dos registros materiais pode ser encarado como um espiral de vidas e de memórias, pois quando o documento perde o seu valor original, ele é ressignificado para funções ainda mais potentes. Bellotto (2006) sustenta que a passagem desses documentos gerados por razões administrativas para documentos em condição de “celeiro da história”, ou seja, para fins de investigação histórica, trata-se de uma questão de tempo e de sobrevivência, já que alguns registros são descartados no meio do caminho. Por conseguinte, eles são criados, utilizados para seus fins e são reutilizados para outras finalidades, isto é, são um espiral de informações e histórias, principalmente sobre as mulheres, quando essas fontes existem e sobrevivem às artimanhas do tempo.

Dessa maneira, nas categorias de arquivos ressaltadas por Alencar *et al* (2023), os arquivos de mulheres do SEDUP se configuram como documentos comunitários e decoloniais. Em primeiro plano, eles são comunitários por “apresentarem expressões da dimensão pluralista e inclusiva, responsável por denunciar as opressões, libertar e emancipar no âmbito dos registros e da memória os grupos socialmente marginalizados” (Alencar *et al.*, 2023, p. 63). Ou

seja, os arquivos do MMT são relevantes para a elaboração da memória do corpo-espaço-território paraibano das mulheres, assim como denunciam as opressões e violências que sofriam. Também são decoloniais, por apresentarem trajetórias de mulheres negras, da classe baixa e do interior, assim como seus conhecimentos, saberes, sua relação com a terra, com o corpo e com as resistências cotidianas nos municípios do Brejo Paraibano.

Em relação à importância desses registros para as memórias sobre o MMT, diálogo com Ecléa Bosi (1994), a partir de seu conceito de memória enquanto acúmulo de experiências humanas vividas de forma particular e coletiva. Para a autora, a memória é permeada pela interação do meu “eu” com o âmbito social, mediante os laços com grupos de convívio e grupos referenciais, como a família, a escola, a igreja, entre outros(as), responsáveis por determinados valores e condutas. A memória é tanto formada quanto evocada pelo meio no qual o indivíduo está inserido. Logo, a memória é plural e, por isso, é permeada por relações de poder e de resistência.

Assim, a memória pode tanto sofrer influência para beneficiar a percepção de um determinado grupo e deslegitimar as experiências e perspectivas dos demais, quanto ser propulsora de emancipação e rupturas do ser. Nesse sentido, os documentos do MMT evidenciam a exploração e os lugares do feminino em relação ao espaço-território paraibano; ressaltam as necessidades e urgências sobre a saúde da mulher; denunciam a falta de direitos trabalhistas às mulheres; a ausência de direito à terra; a disparidade salarial; e a exploração dentro e fora do ambiente privado. Por conseguinte, expressam essa realidade árdua em que as mulheres enfrentam três mecanismos de opressão na sociedade: latifundiário-militar-machista.

Para além disso, os documentos do MMT também mostram a organização e a luta contra esse sistema masculino opressor, e a mobilização coletiva dessas mulheres para a conscientização sobre os seus direitos e a desconstrução da naturalização dos binarismos (homem/mulher, masculino/feminino), atuantes na determinação de lugares e funções sociais. Além disso, os documentos de mulheres do MMT, respaldando-me em Alencar *et al* (2023) e Bosi (1994), criam condições para a construção de uma memória local voltada para as mulheres e para sua inclusão na história da Paraíba, especialmente na história do Agreste Paraibano. Esses documentos, ao serem indagados, destrinchados e investigados, tornam-se fontes históricas primordiais para a feminização não só das fontes, mas também da nova historiografia da Paraíba. Os documentos ou registros das mulheres trabalhadoras criam condições para um sentimento de pertencimento das mulheres paraibanas em relação à sua história de luta e emancipação, aproximam as resistências do âmbito subjetivo e das realidades cotidianas, de tal

forma que possibilitam a construção de uma autonomia acerca dos registros de memória e sua elaboração.

Outrossim, o arquivo do SEDUP sobre o MMT é decolonial por conter fontes que rompem com o padrão de documentos voltados ao homem branco, colonizador e de classe alta. Para isso, entendemos “a colonização como um processo e um sistema de dominação/exploração do trabalho e riquezas do colonizado” (Oliveira; Lucini, 2020, p. 100). Com base em Gak *et al.* (2021), apoiando-se no pensamento de Boatecã (2016), a colonização deixou como herança a colonialidade, ou seja, um “conjunto de princípios e valores que fundamentam a manutenção das relações de poder e discurso que justificam historicamente práticas de dominação de um grupo ou nações sobre os/as demais povos/culturas/etnias” (Gak *et al.*, 2021, p. 107).

Sem os arquivos de resistência, perpetuar-se-iam as narrativas dos grupos dominantes, como o Grupo Várzea, que explorava os(as) trabalhadores(as) rurais e canavieiros(as) na região do Brejo. O líder do grupo, Aguinaldo Veloso Borges, bem como os políticos e fazendeiros alinhados ao Grupo da Várzea, são responsáveis por encomendar a morte de camponeses e militantes durante o período da Ditadura Militar. Por exemplo, o assassinato do fundador da Liga Camponesa na Paraíba, João Pedro Teixeira, em 1962, e da sindicalista Margarida Maria Alves, em 1983. Em adição, a ausência de registros documentais sobre a resistência pela busca de direitos e benefícios trabalhistas por parte das trabalhadoras rurais, das domésticas, das lavadeiras, das professoras e dos demais grupos na década de 1980 impossibilitaria conhecer a articulação e a organização desses movimentos em meio ao governo militar vigente, que permitia os grandes senhores de terra e as empresas explorarem os cidadãos e, como foi demonstrado acima, foi responsável por silenciar existências e trajetórias de pessoas que ansiavam por condições de vida mais dignas. Esse sistema validava a queima de “arquivos” vivos e registros materiais.

Ademais, a perspectiva decolonial reconhece a continuidade da colonização e estabelece como missão o resgate de conhecimentos, saberes, culturas, costumes, práticas políticas e econômicas ancestrais e de grupos minorizados (mulheres, pessoas racializadas, de classe baixa, indígenas e da comunidade LGBTQIAPN¹) (Gak *et al.*, 2021). Nesse pressuposto, as fontes sobre o Movimento das Mulheres Trabalhadoras e demais movimentos relacionados são de suma importância para a formação de identidades e para a produção de

¹ A sigla refere-se as variadas orientações sexuais e identidades de gênero, incluindo lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexo, assexuais, pansexuais e não-binários, etc. Além disso, a sigla também representa outras formas de ser e habitar o mundo, simbolizando a resistência e a luta por direitos dessas pessoas.

conhecimento histórico decolonizador. Logo, o arquivo do SEDUP é decolonial pois possibilita o acesso às memórias, trajetórias, saberes e práticas cotidianas de mulheres negras do Brejo Paraibano.

De acordo com Perrot (2019), os arquivos de mulheres são incipientes, sendo ainda mais escassos quando se trata de mulheres pobres, oriundas das camadas sociais mais baixas. As mulheres do MMT/PB se encaixam nesse perfil: são racializadas, pobres, interioranas e subversivas à ordem capitalista, colonial e moderna. Elas representam tudo aquilo que o sistema busca apagar e, por essa razão, os documentos do MMT são tão importantes para a contranarrativa desse sistema.

Os registros materiais do MMT apresentam um vislumbre das singularidades dessas mulheres, ou seja, seus saberes sobre a terra, o uso de ervas medicinais, conhecimentos em variadas áreas de trabalho, sentimentos e angústias vivenciados cotidianamente nos ambientes privados e públicos, bem como os desafios enfrentados enquanto mulheres trabalhadoras negras em uma sociedade marcada por valores patriarcais e racistas. Do mesmo modo, mostram sua relação com o sagrado e com o próprio corpo. Esses registros são decoloniais por serem intencionalmente pensados e construídos por elas, com o intuito de preservar suas narrativas em relação ao espaço-tempo que habitam.

Encaramos os documentos do MMT/PB, com base no antropólogo Arjun Appadurai (2003), citado por Gak et al. (2021, p. 108), como “ferramentas ativas e interativas para a construção de identidades sustentáveis”. Nesse sentido, feminizar as fontes e construir narrativas a partir desses documentos é um ato de libertação das mulheres frente às perspectivas atemporais construídas pelas relações de gênero, as quais foram historicamente instrumentalizadas para manter os mecanismos de poder intactos e as vozes femininas abafadas. Esse fato se evidencia quando apenas um número mínimo de pessoas conhece a história desses movimentos de mulheres e a sua relação com as transformações regionais. O silenciamento da história do MMT configura-se como um projeto político. Os arquivos sobre as mulheres representam um caminho possível para restaurar essas memórias sufocadas pelo peso da ordem neoliberal, colonizadora e capitalista.

Dessa forma, dar visibilidade a essas mulheres, entrelaçar suas lutas e memórias e conectá-las como parte de nossa ancestralidade, enquanto mulheres paraibanas, promove o que o artista indígena Dyó Potyguara² (2023) expressa sobre *ancestralidades migratórias*. Isto é,

² Citado pela Jornalista Fábria Prates em uma publicação sobre os significados dos termos “Abya Yala” e “Pindorama”, no site C& América Latina, disponível em: <https://amlatina.contemporaryand.com/pt/editorial/what-do-abya-yala-and-pindorama-mean/>

nossas ancestralidades, conectadas como uma só, criam memórias que são “plantadas, nutridas e colhidas na construção de novos mundos em compostagem”. Em outras palavras, trata-se da abertura de novos caminhos e possibilidades de ser e habitar em nosso território, bem como tecer histórias mais filóginas e decoloniais.

3. “E NO MOVIMENTO, POR QUE É QUE EU NÃO SOU MULHER?”

“Pra cuidar do marido eu sou mulher
Pra cuidar dos meninos eu sou mulher
Pra ser machucada eu sou mulher
E na sociedade, porque é que eu não sou mulher?
Pra varrer rua eu sou mulher
Sem o salário eu sou mulher
Pra ficar calada eu sou mulher
E nos movimentos, porque é que eu não sou mulher?
Pra ir votar, eu sou mulher
Pra não ter voz eu sou mulher
Pra não ter vez eu sou mulher
E no sindicato, porque é que eu não sou mulher?
(Doraci Zebina- MA)³

As lutas e as resistências correm nas exuberantes colinas e vales das florestas que marcam o vasto território do Brejo paraibano. O eco da coragem e da força ancestral das trabalhadoras rurais/urbanas, desde a década de 1950, é entoado nos roçados, nos campos de canaviais, nas casas das grandes senhoras, nas escolas e nos diversos locais de trabalho. Estes espaços sentiram as lágrimas e o suor de mulheres em sua luta para existir e resistir, enquanto esperavam por um amanhecer diferente do vivenciado por causa da exploração e violência latifundiária-militar. Um cenário de luta iniciado desde a emergência da Liga Camponesa, em 1958.

De acordo com Targino *et al.* (2013), o surgimento da Liga Camponesa na Paraíba ocorreu por meio da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé-PB. A associação foi criada para oferecer assistência social e jurídica aos associados, como forma de apoiar a luta dos trabalhadores contra a violência latifundiária da região, com apoio direto do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse embrião logo se desenvolve, tornando-se um dos maiores símbolos de resistência paraibana, um movimento por mudanças representativas profundas, tendo como principal representante João Pedro Teixeira.

³ Trecho da música retirado do Relatório do 1 Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste em 1987 (MMTR/NE).

Entretanto, como reação às mobilizações do campesinato, os latifundiários começam a enviar jagunços (assassinos contratados) para perseguir, ameaçar e matar os líderes do movimento como forma de desarticular a luta, culminando na morte de João Pedro Teixeira, em 1962, vítima de uma emboscada orquestrada pelo Grupo Várzea. Elizabeth Teixeira, viúva de João Pedro Teixeira, tomou para si a luta defendida pelo marido. Em sua gestão, a Liga chegou a seu apogeu, com maior número de associados (Targino *et al.*, 2013).

Segundo Silva (2022), o êxodo, a miséria e a perseguição foram aprofundados com a ascensão do governo militar. Ou seja, a violência que já existia no campo é validada e apoiada durante a Ditadura Militar, em 1964. Nesse viés, Elizabeth Teixeira, a partir de 1964, começou a ser perseguida de forma mais enfática pelas forças policiais alinhadas aos latifúndios. Com o assassinato do marido, a destruição de sua casa e vendo sua família correndo perigo de vida, Elizabeth teve que abandonar Sapé e fugir para o Rio Grande do Norte para viver na clandestinidade, mudando seu nome para Marta Costa.

A natureza e as implicações da militância na vida das mulheres, segundo Rosa (2013), é ambígua, em virtude da clandestinidade ser uma existência liminar. Isto significa um espaço marcado pela invisibilidade do ser e estar no mundo, pela perda de identidade enquanto mulher e cidadã, pela solidão e saudade dos entes queridos. Esses sentimentos vivenciados por Elizabeth e tantas outras mulheres durante a Ditadura Militar só foram possíveis de serem tolerados pelas alianças de amizade e afeto construídas entre elas. O cuidado com o mundo, de acordo com Rosa (2013), transita de uma para outra, para o cuidado com o “nós”.

As mulheres subversivas, como representa Elizabeth, eram as mais condenadas pela Ditadura Militar, sofrendo torturas e violências mais cruas sob seus corpos, sendo a violência sexual o principal mecanismo de tortura incorporado pelos seus perseguidores. Isso ocorre pelo fato dessas mulheres serem duplamente transgressoras em relação ao governo dos militares, tanto por insurgirem-se contra o *status quo* da aliança latifundiária-militar, quanto por quebrarem com as amarras dos padrões patriarcais de gênero e ocuparem espaços públicos e lideranças políticas (Rosa, 2013).

Essa transposição dos lugares de “mãe”, “esposa”, “filha” de alguém para se tornarem líderes políticas de homens e mulheres feria tanto as relações de gênero estabelecidas desde a colonização quanto o sentido religioso cristão dessas ocupações femininas. Ao invés de subsidiar os homens, as mulheres passam a liderá-los. Ser militante sinaliza não apenas a transgressão à ordem patriarcal, mas também uma gradual ruptura da naturalização do ser mulher e do ser homem estabelecida pela tradição milenar ocidental. Conquanto, nem todas conseguiram tensionar ou transpor esses lugares sociais, embora tentassem.

Em vista disso, Dayane Sobreira (2022) evidencia que o feminismo paraibano, após a década de 1970, surgiu a partir das pautas de mulheres periféricas e das regiões interioranas. Para a referida autora, o feminismo se compara a um guarda-chuva, o qual carrega dentro de si dezenas de outros feminismos com as suas particularidades e características. O feminismo tem a sua própria epistemologia, mas a sua base são as experiências das mulheres em seus determinados espaços-territórios. Dessa forma, cada região cria um feminismo específico para suas reivindicações a partir de bases gerais — a luta por direitos, a desconstrução das relações de gênero etc. —, com agentes específicos em sua colaboração e defesa. O feminismo rural na Paraíba, no que diz Sobreira (2022), faz-se com a ajuda da Igreja Católica atrelada à Teologia da Libertação (TL).

Com base em Coelho (2012, *apud* Silva, 2022), a Teologia da Libertação tem como objetivo a libertação dos pobres, referindo-se a eles como sujeitos ativos na história e principais agentes de sua libertação, seja econômica, social, política ou religiosa. Segundo Camilo (2011), a teologia nasce com o envolvimento de eclesiásticos na vida dos seus fiéis, principalmente diante de um governo autoritário militar e de uma extensiva expansão do capitalismo, intensificando o cenário de desigualdade social.

Para tanto, a Teologia da Libertação foi e é malvista pelas alas mais conservadoras da Igreja Católica, sendo criticada e perseguida nos anos iniciais de sua formação. Silva (2022) afirma que esse papel da Igreja de conciliadora entre as duas classes (latifúndios e camponeses) e a sua função na preservação da harmonia social entre ambas as partes não estava funcionando. A Igreja Católica muda o seu discurso, ações e percepções em relação à exploração da classe trabalhadora, tomando uma postura mais intervencionista mediante as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs⁴) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT⁵), no período de redemocratização (Silva, 2022, p. 137).

Por conseguinte, os movimentos sociais, durante o período de redemocratização, intensificaram-se, abrindo espaço para o surgimento dos movimentos de mulheres. Estas buscavam ter vez e voz com o apoio da Igreja Católica. Nesse viés, conforme a dissertação de mestrado de Emmy Duarte (2014), embasada na análise sobre o Movimento de Mulheres

⁴ As comunidades eclesiais de base surgiram na década de 1960, expandiram-se e se fortaleceram nos anos de 1980. No princípio, muitas das comunidades de base eram experiências isoladas no interior das paróquias ou dioceses que as tomavam como prioridade pastoral. Com sua multiplicação e diversificação, brotou a necessidade de uma maior articulação entre as comunidades” (DORNELAS; MELO, 2017).

⁵ Segundo o seu site oficial, a CPT nasceu em 1975 a partir do Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia. Foi fundada em resposta à situação de violência e exploração sofrida pelos trabalhadores rurais. A CPT é uma entidade de defesa dos direitos humanos, do direito à terra e dos direitos trabalhistas (CPT nacional, S.D). Disponível em: <https://cptnacional.org.br/sobre-nos/quem-somos/>.

Trabalhadoras (MMT/PB) e o Movimento de Mulheres do Brejo (MMB), na organização das mulheres enquanto classe trabalhadora no espaço-território do Brejo paraibano, o surgimento do MMT/PB ocorre entre os anos de 1981 e 1982, a partir da iniciativa de três mulheres ligadas à Comissão Pastoral da Terra, em Guarabira, na Paraíba, criado em consonância com a Igreja, na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Aldineuza Maria Andrade (Neuzinha), Maria do Céu Pontes (Céu) e Cerise Benedito⁶ participavam das reuniões da CPT junto com os demais membros. A comissão era formada por cerca de cinquenta e sete homens e três mulheres, de distintas cidades. Dessa forma, diante de um número ínfimo de colaboradoras, as pautas femininas não eram ouvidas e não tinham importância para a discussão. Diante disso, essas três mulheres, durante uma conversa singular, decidem criar um movimento próprio, composto e coordenado exclusivamente por mulheres.

Duarte (2014), utilizando como fonte entrevistas semiestruturadas com mulheres que foram coordenadoras desses movimentos, em junção com os documentos do SEDUP, aponta que o MMT emerge diante de um cenário em que as mulheres sentiam a necessidade de conquistar direitos e validar as suas pautas, surgindo com a insatisfação com a falta de representatividade dentro dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) e na CPT, por serem espaços restritos à participação e à necessidade do masculino. Então, inicialmente, o MMT⁷ surge ligado à CPT, com a sua abordagem teológica ligada à Teologia da Libertação, assim como instituições correlacionadas, como o SEDUP, que nasceu no mesmo período e ofereceu o suporte necessário para a sua consolidação.

⁶Existe uma discordância de alguns documentos e até trabalhos sobre quantas mulheres criaram o MMT, é comum encontrar de 3 a 5 mulheres, mas preferi trazer as três principais por terem sido coordenadoras do movimento e aparecem, recorrentemente, nas pesquisas e nos documentos do SEDUP. De acordo a pesquisa de Souza (2019) além de Neuzinha, Céu e Cerise, também participaram da formação do MMT/PB a Dona Lia, Antônia Candido, etc.

⁷A criação do termo MMT surge apenas em 1985, a partir de uma assembleia desenvolvida pelas mulheres ligadas à pastoral rural, organizada pelas coordenadoras. Apenas a partir dessa data, o Movimento passa a ser reconhecido como Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT/PB), abrangendo trabalhadoras rurais e urbanas. Entretanto, é comum encontrar, em alguns documentos do SEDUP, o “Movimento de mulheres trabalhadoras do Brejo” para referir -se ao MMT.

Figura 1- Coordenadoras do MMT reunidas na Sede em Píripituba-PB



Fonte: Acervo do SEDUP (1985)

Para corporificar esse movimento de mulheres, Neuzinha (blusa vermelha e saia bege), Cerise (blusa vermelha e saia verde) e Céu (blusa vermelha e saia azul) realizaram um trabalho de “formiguinha”, ou seja, foram de casa em casa convidar as mulheres para participarem das reuniões. A partir daí, foi realizado o primeiro encontro entre as trabalhadoras rurais, no qual se fez um levantamento dos problemas enfrentados. Com esse primeiro encontro, formulou-se um plano de visitas e pequenas reuniões nos sítios. De acordo com o documento intitulado *Carta aberta do Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano*, escrito em 1986, o MMT articulou cerca de 22 municípios pertencentes a Guarabira, João Pessoa, Alagoa Grande, Areia e Sapé, na época. Foram efetuadas reuniões nas quais as trabalhadoras buscaram organizar e desenvolver a ativa participação das mulheres nas áreas de conflito de terra, além de promover maior envolvimento na luta pela reforma agrária e pelo direito à titulação da terra em seus nomes. O MMT incentivou as mulheres também a denunciarem os casos de despejo forçado sofridos pelas trabalhadoras, que eram obrigadas a deixar suas terras devido à pressão e à violência dos latifundiários.

Nos primeiros anos do movimento, as trabalhadoras se mobilizaram para solicitar ações das prefeituras e do governo a fim de suprir suas necessidades básicas. Ou seja, reivindicavam: a construção de barreiros para acesso à água potável — já que essas mulheres, em muitos casos, andavam várias léguas para pegar água para o consumo diário e para lavar suas roupas —; a

construção de calçamentos nas “pontas” de rua, devido ao alagamento em dias de chuva e à falta de saneamento básico; o desenvolvimento de estradas para os sítios; e o oferecimento de transporte público para os moradores das zonas rurais, que ficavam isolados dos atendimentos e serviços da cidade.

Aliás, nesses encontros iniciais, foram formados grupos de estudos sobre os sindicatos, com o objetivo de dialogar sobre a importância da atuação das trabalhadoras nesses espaços, visando despertar o interesse em se sindicalizarem. Conquanto, essas mulheres encontraram dificuldades e impedimentos por parte dos sindicatos — no caso, seus dirigentes — para se associarem.

Outra bandeira de luta, lançada a partir de maio de 85 pelas mulheres foi a de exigir a sindicalização da mulher trabalhadora no Sindicato de Trabalhadores Rurais, pois poucas mulheres eram sócias do STR ou quando era associada tinha pouca atuação. Em alguns sindicatos as mulheres eram barradas (como o STR de Araruna e Alagoinha), mas com muita disposição recorreram à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e foram associadas. A mesma luta está sendo feita em Caiçara, onde as mulheres estão esperando a decisão final da DRT para se sindicalizarem (Carta Aberta do MMT, 1986)

Por apresentar diferentes modos de se viver socialmente e expandir as possibilidades de atuar politicamente, as trabalhadoras associadas do MMT encontraram resistências em suas propostas de modificar as relações afetivas e sociais que permeiam as suas realidades. Segundo Sueli Carneiro (2023), os grupos dominantes, para assegurar os seus interesses, tentam controlar a mobilidade social como forma de interdição da pessoa negra. Por isso, quando essas trabalhadoras do MMT, anteriormente interditas nos espaços dos STRs e nos demais órgãos, escapam dos mecanismos de vigilância e ocupam cargos majoritariamente compostos pela branquitude⁸ masculina, são tratadas com aversão e ressentimento, refletidos em discursos e atitudes que buscam barrar esse avanço e desvalidar essa conquista.

Portanto, segundo o documento citado, nem todos os sindicatos apoiavam o MMT. Havia os STRs de Caiçara, Araruna e Alagoinha, por exemplo, que entraram em conflito com as mulheres do movimento por reivindicarem a sua sindicalização. Esse fato é relatado no *Relatório do I Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras*, organizado pelo MMT em 1986, o qual afirma que esses STRs estavam em “guerra” contra as militantes do MMT. Desse modo, ao serem impedidas de se associarem aos sindicatos, essas militantes reagiram colaborando com a criação das Oposições Sindicais e das Delegacias Sindicais, para atuarem na fiscalização dos

⁸“A branquitude é uma posição surgida na confluência de eventos históricos e políticos determinados, em que sujeitos classificados socialmente como brancos são privilegiados quanto ao acesso a recursos materiais e simbólicos. A branquitude é, portanto, uma estrutura de poder concreta em que as desigualdades raciais se ancoram” (SETUBAL; CULTURA, S.D).

STRs. Elas assumiram a função de delegadas e de cargos de responsabilidade dentro desses órgãos. Esse cenário ressalta como, por meio das formações e iniciativas do MMT, as mulheres começaram a fomentar articulações abrangentes, alcançando novos âmbitos restritos ao masculino e criando novos espaços de atuação política e sindical. A resistência coletiva vence a interdição e, em consequência disso, é temida pela branquitude que busca desmobilizá-la, diz Carneiro (2023).

Ademais, em sua pesquisa de mestrado, Laianny Souza (2019) entrevistou oito mulheres ligadas ao MMT. Com base em seu estudo, percebemos como são amplos os obstáculos enfrentados pelas mulheres para viverem a militância e acompanharem as reuniões do movimento, devido à visão sexista da época. A maioria dos maridos proibia, por acharem “perigosa” a mobilização, e os familiares e amigos acreditavam ser impróprias as suas vinculações com os movimentos sociais, por não serem posturas e âmbitos do feminino. E, realmente, o MMT foi um “divisor de águas” para as relações patriarcais vividas por essas mulheres, tornando-se uma ameaça à supremacia masculina. Segundo Souza (2019), as coordenadoras do movimento, ao reunirem as trabalhadoras, ouvirem as suas histórias e necessidades, perceberam a gama de injustiças e violências sofridas pelas mulheres do Brejo.

As reuniões aconteciam em ambientes diversos, com o objetivo de facilitar a locomoção das integrantes. Os encontros ocorriam nos sítios, nas sedes de sindicatos e delegacias sindicais, nas associações de classe, nos clubes de mães, nos salões paroquiais e nas casas comunitárias. Nesses ambientes, as mulheres criaram um espaço de fala, acolhimento, afeto e autonomia. O sentimento de solidão em relação à realidade vivenciada no cotidiano é substituído pelo sentimento de solidariedade e companheirismo. Cria-se um sentimento de unidade entre elas. Para Rosa (2013), baseando-se em Deleuze, essa troca entre as militantes, essa libertação por meio do coletivo, evidencia que os corpos são definidos pelos seus afetos e não pelo seu gênero, afetos que mobilizam ações e mudanças dentro de si e incentivam rupturas no meio social.

Nesse sentido, nas contribuições de Souza (2019), as trabalhadoras, para driblar essas imposições e proibições em relação à participação dos encontros, criam estratégias para participar das reuniões. Isto é, algumas omitem a vinculação ao movimento, criando desculpas para suas saídas; outras levam os filhos e filhas para as reuniões, e até os maridos, com o objetivo de minimizar as suas desconfianças em relação às atividades realizadas. Por conta disso, o MMT/PB cria espaços durante os encontros exclusivos para crianças, para permitir que as militantes participem livremente das atividades e dinâmicas. Da mesma forma, adota a

iniciativa do “Encontro de Casais”⁹, ou seja, momentos em que as mulheres levam os seus maridos para assistirem aos encontros, nos quais são realizadas palestras sobre a igualdade entre homens e mulheres. Nessas ocasiões, abordam-se a criação dos filhos e filhas em relação aos papéis de gênero e ressalta-se a importância do apoio do marido na militância exercida pelas mulheres. Esses encontros foram elaborados tanto para tentar diminuir a oposição dos maridos quanto para conscientizá-los, com base na desconstrução dos seus lugares sociais.

Figura 2: Encontro de casais do MMT/PB



Fonte: Acervo do SEDUP (1989)

O MMT foi o propulsor para a liberação das amarras que prendiam as mulheres, e também os homens. Na imagem acima, temos o desmantelamento dos papéis sociais de gênero, uma vez que a mulher no centro da foto coordena a reunião. Ela tem total atenção dos homens e das mulheres trabalhadoras. É a coordenadora quem fala, responsável por mediar o debate. O seu papel como liderança fere a ordem patriarcal que permeia as relações interpessoais no ambiente. A resistência masculina a isso é evidenciada no homem ao seu lado esquerdo: esse trabalhador posiciona-se em pé, buscando, inconscientemente, estar acima da coordenadora, com o objetivo de não perder sua autoridade e supremacia, mesmo em um âmbito gerido por mulheres. Além disso, os demais homens na sala apresentam expressões de desdém em relação

⁹ O encontro de casais foi uma das iniciativas planejadas no I Encontro Estadual de Mulheres em 1986.

à coordenadora. A oposição desses homens em abrir mão desse lugar de poder expressa certo descontentamento com as mudanças estruturais e simbólicas que ocorrem nesses ambientes de sociabilidade articulados pelo MMT/PB.

Para Saffioti (2015), o patriarcado impõe limitações tanto ao feminino quanto ao masculino, ao dividir o mundo em binarismos — homem/mulher, frágil/forte, sexo/gênero —, responsáveis por estabelecer condutas, posturas e formas de ser, que impossibilitam outras maneiras de habitar os nossos corpos. Nesse sentido, quando a organização social binária é ameaçada, observa-se uma onda de posicionamentos e ações conservadoras, a fim de frear o avanço das lutas sociais das mulheres e destruir sua imagem perante a sociedade. Por isso, a figura da mulher feminista é tão atacada, pois quando uma mulher se levanta e fala, sua voz ecoa no interior de cada mulher ao seu redor, como uma voz ancestral chamando-as para a luta e para a desobediência. Dessa maneira, a trabalhadora ao fundo da foto, mesmo encolhida e intimidada pela presença do marido, atreve-se a dar um sorriso de satisfação — ao que parece, pelo que está sendo vivenciado ali.

Essas mulheres transgridem e ameaçam a hegemonia patriarcal, por conta disso, são atacadas e subestimadas ao exercerem a função de liderança. O objetivo desse sistema é manter em funcionamento as hierarquias sociais, sexuais e afetivas que lhe convêm. Para tanto, nesses espaços de sociabilidade construídos entre as mulheres pelo MMT/PB, as militantes eram tratadas com dignidade, exerciam sua militância de forma plena e realizavam atividades lúdicas e criativas, responsáveis por impulsionar a sua aprendizagem e o seu querer viver.

O MMT emerge a partir da mobilização de mulheres trabalhadoras rurais, contudo, com a participação de variadas categorias de trabalhadoras nos encontros, o movimento passa a abranger também as trabalhadoras urbanas: lavadeiras, empregadas domésticas, operárias, costureiras, professoras, entre outras. Esse fato ocorre porque o MMT/PB foi fundado no mesmo período em que outros movimentos sociais estavam florescendo, como o Movimento das Lavadeiras e Empregadas Domésticas, na década de 1980¹⁰. Dessa forma, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras é uma mobilização florida, repleta de mulheres múltiplas e discussões diversas.

¹⁰Os trabalhos acadêmicos sobre o Movimento das Lavadeiras e Empregadas Domésticas são escassos, principalmente para abordar as suas características em comparação a outros movimentos que compõem o MMT/PB. De acordo com Fabiana Lima da Silva em sua monografia (2019), esse movimento das Lavadeiras e Empregadas Domésticas tornou-se a Associação das Lavadeiras e Empregadas Domésticas de Guarabira (ALDEG) em 1982, com apoio do SEDUP e da Igreja Católica. A ALDEG realizava intercâmbio de experiências e atividades com outras Associações de Lavadeiras e Empregadas da cidade de Campina Grande e João Pessoa.

Com o crescimento do MMT e a adesão de outras categorias¹¹, foram realizados encontros bimensais, com seis representantes de cada município e demais grupos de mulheres. Nessas reuniões, reuniam-se trabalhadoras ligadas às Comunidades Eclesiais de Base, aos STRs, aos clubes de mães e às associações profissionais, como a Associação de Professoras de Solânea e a Associação de Lavadeiras e Empregadas Domésticas de Guarabira (ALDEG). Cada categoria realizava sua reunião mensal para dialogar sobre suas pautas específicas. No encontro geral bimensal, elas discutiam:

- I – Informes da base sobre os trabalhos e acontecimentos de cada categoria;
- II – Informes gerais de acontecimentos importantes;
- III – Aprofundamento de um tema, seja sobre a reforma agrária, a constituinte ou a participação no sindicato;
- IV – Discussão de um problema específico das mulheres, como saúde, educação, amamentação da criança etc.;
- V – Planejamento das reuniões de base e definição das datas, horários, locais e assuntos dos respectivos encontros;
- VI – Avaliação dos encontros pelas trabalhadoras e possíveis modificações no planejamento (Carta Aberta do MMT, 1986).

Em relação às lideranças do MMT, a cada ano era convocada uma Assembleia Geral com todas as categorias e dirigentes municipais, tanto para avaliar as atividades realizadas quanto para elaborar um planejamento geral para o ano seguinte e promover a (re)eleição de novas coordenadoras. O MMT possuía nove coordenadoras gerais e uma assessora. Para tornar-se uma coordenadora, era necessário atender a critérios estabelecidos entre as associadas, ou seja, a trabalhadora deveria ser alfabetizada, ter capacidade de condução do movimento, ser representante de uma categoria de trabalhadoras, participar de uma luta concreta (no sindicato, por terra, etc.) e possuir disponibilidade para cumprir com as obrigações do movimento. As coordenadoras se reuniam de uma a duas vezes por mês, com o intuito de planejar as reuniões, preparar e coordenar os encontros, além de representar o MMT em eventos e viagens. Participavam de encontros de mulheres em outras cidades e estados, a fim de compartilhar os saberes e experiências adquiridos com as suas companheiras ao retornarem para os seus territórios¹².

¹¹Segundo a Carta Aberta com informes do MMT em 1986, foi planejado no mesmo ano um seminário com cerca de 40 parteiras “leigas”, a fim de atingir essa categoria de trabalhadoras. O seminário foi desenvolvido para valorizar os seus serviços, compartilhar as suas experiências e aprimorar os seus conhecimentos científicos. Esse seminário foi realizado no dia 30 de agosto, intitulado o I Encontro de Saúde, que reuniu 50 mulheres do MMT e da comunidade, assim como as parteiras (não tem o número exato). O Encontro teve apoio de assessores vindo de Recife, creio que membros do SOS corpo de Recife devido a sua articulação com MMT, assim como médicos especializados na saúde da mulher e ervas medicinais.

¹²Nem todas as mulheres conseguiam ir aos eventos fora de sua cidade ou do estado, não só pela falta de transporte, mas também pelas condições financeiras insuficientes e a proibição dos seus cônjuges. Desse modo, apenas algumas representantes participavam de encontros de mulheres em cidades e estados distantes. Havia encontros

As mulheres do MMT eram floridas e destemidas, circulavam por diversas iniciativas populares no Brejo paraibano. Havia, dentro do Movimento, “16 animadoras das CEBs, 11 monitoras do curso de formação sindical de base promovido pelo SEDUP na área rural, 13 mulheres na luta sindical, como presidentas, diretoras, delegadas e secretárias dos STRs ou da oposição sindical” (Carta Aberta do MMT, 1986). O MMT também agregava lideranças das associações de profissionais já mencionadas, além de representantes de outras categorias de mulheres.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras foi respaldado por entidades públicas e privadas alinhadas às pautas sindicalistas e feministas, que possibilitaram o desenvolvimento de variadas redes e iniciativas, tornando viáveis as articulações e mobilizações do MMT. Em sua dissertação sobre a trajetória de Maria da Penha (1970–1991), Janaina Silva (2022) ressalta que o “novo sindicalismo”, desenvolvido a partir da década de 1980, também foi marcado pela luta de mulheres por sua inserção nos sindicatos. Na Paraíba, essa luta foi simbolizada pela resistência de Margarida Maria Alves e Maria da Penha. Para apoiar esse “novo” sindicalismo, foram criadas instituições como o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), fundado em 1981. Um documento¹³ enviado pelo CENTRU sobre o IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, realizado em 1985 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), atuante desde 1963¹⁴, expressa o perfil dos militantes vinculados à entidade e os seus objetivos a longo prazo:

O CENTRU constitui uma entidade que agrega militantes trabalhadores rurais, intelectuais e personalidades políticas, religiosas, juristas e sindicalistas. Propõe-se realizar no Nordeste um trabalho de educação sindical e política, que visa reforçar a organização autônoma e consciente dos trabalhadores rurais, marginalizados do processo de organização política, de suas entidades de representação e da própria sociedade. (...) Propõe também apoiar a luta dos trabalhadores em defesa da terra, de seus salários e de suas associações comunitárias e de produção, bem como lutar por sua liberdade em todos os fóruns onde se discuta a sua vida política atual e futura (CENTRU, 1985).

em que elas conseguiam ônibus, mediante aluguel ou solicitação pela prefeitura, mas em grande parte dos casos, elas pagavam para se deslocar.

¹³ Este documento é uma mensagem enviada pelo CENTRU para a CONTAG com a finalidade de mostrar o seu descontentamento pela falta de convite para a sua participação e da CUT no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais. O CENTRU evidencia a importância da aliança entre as entidades para o avanço dos direitos sociais e trabalhistas, no apoio aos movimentos sociais, nas pautas sindicais e lamenta a falta do convite oficial proferido pela entidade. Esse fato evidencia que apesar das entidades dialogarem, existem divergências políticas internas entre elas, como é expressado de forma velada pelo documento. Disponível em https://memov.org/site/wp-content/uploads/tainacan-items/976/208300/Item-AMORJ_ForSin_RAA_2_001.pdf

¹⁴ “A CONTAG é a primeira e continua sendo a única entidade sindical camponesa de caráter nacional reconhecida legalmente pelo Ministério do Trabalho na representação dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, reunindo todas as suas lutas e demandas históricas e atuais” (CONTAG, 2022). Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/contag-celebra-59-anos-de-historia-e-de-lutas-em-cenario-de-reconstrucao-do-pais-20221220>.

Nas contribuições de Sobreira (2022) sobre a trajetória de Margarida Maria Alves, a autora aponta a criação do CENTRU, na Paraíba, como uma das iniciativas promovidas por Margarida, com o objetivo de fortalecer a luta sindical. Como uma teia de relações políticas que se conectam e se entrelaçam, a fundação do CENTRU forneceu o suporte necessário para a criação da sede da Central Única dos Trabalhadores (CUT) na Paraíba, em 1984, na cidade de João Pessoa, conforme afirma Janaina Silva (2022).

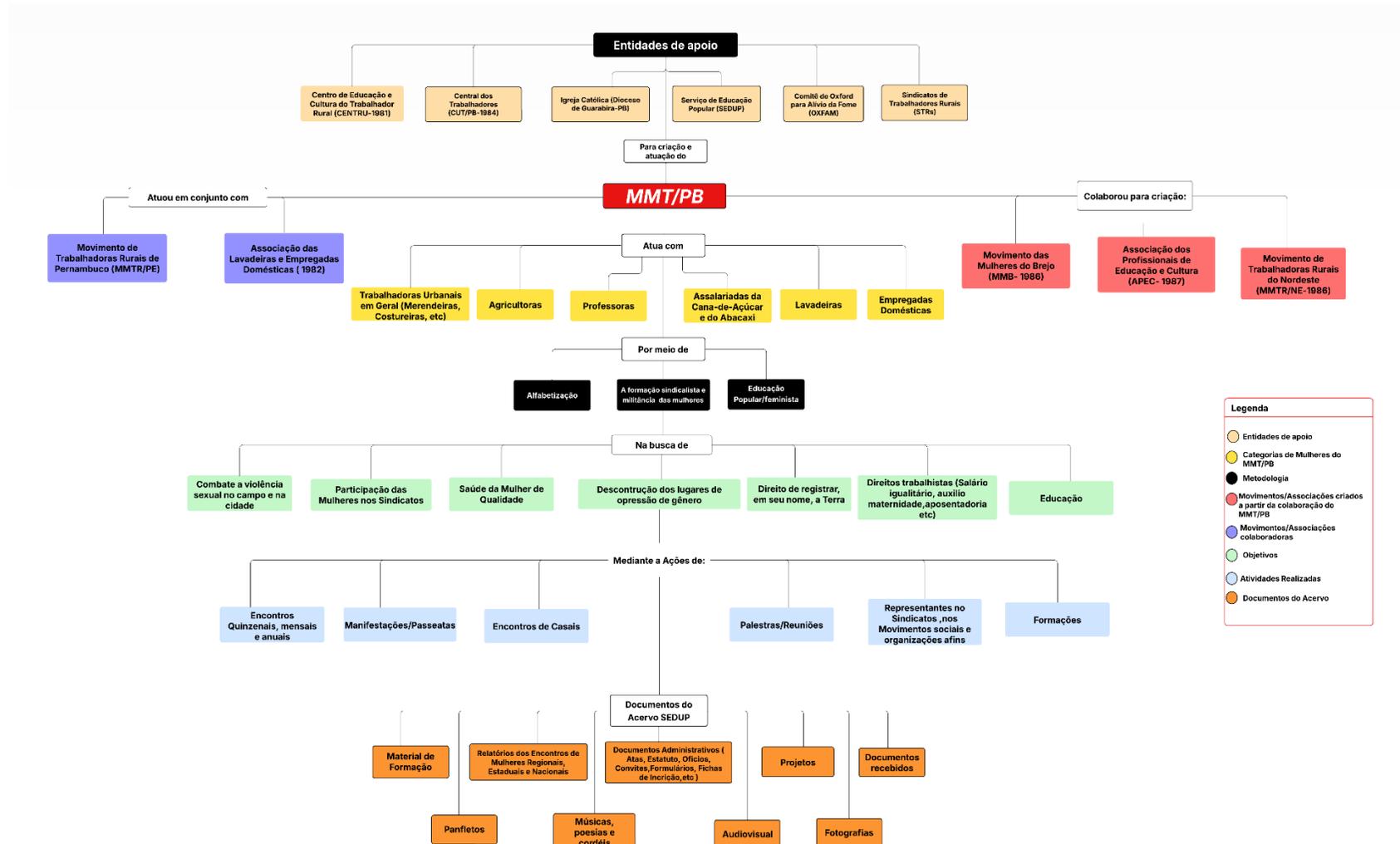
A CUT nacional foi fundada durante a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), realizada em São Bernardo do Campo (SP), em 1983. De acordo com seu Estatuto, a CUT se caracteriza como uma associação civil composta por sindicatos e por trabalhadoras e trabalhadores rurais, com a finalidade de “organizar, representar sindicalmente e dirigir, numa perspectiva classista, a luta das trabalhadoras e dos trabalhadores do Brasil, da cidade e do campo, do setor público e privado, ativos/as e inativos/as, na defesa dos seus interesses imediatos e históricos” (CUT, 2024). A CUT/PB instituiu a Secretaria da Mulher na Paraíba com o propósito de apoiar os movimentos de mulheres e fomentar a participação feminina nos sindicatos. Algumas membras do MMT, como Maria da Penha, atuaram como dirigentes dessa ala da CUT. Desde 1983, o MMT realiza, em parceria com a Secretaria da Mulher da CUT, as atividades do Dia Internacional da Mulher.

Essas entidades — unidas a outras de âmbito regional, como o SEDUP, os sindicatos e a Igreja Católica; de natureza nacional, como a CONTAG e a própria CUT; além de organizações não governamentais (ONGs) nacionais, como o SOS Corpo (Recife/PE)¹⁵ e a Rede Mulher de Educação (São Paulo/SP)¹⁶; e uma entidade internacional, o Comitê de Oxford para Alívio da Fome (OXFAM) — foram fundamentais para a consolidação do MMT. Elas ofereceram apoio financeiro, administrativo, educacional e sindical, como pode ser visualizado no seguinte mapa conceitual:

¹⁵Segundo o seu site oficial, o SOS Corpo foi fundado em 1981 e é uma organização da sociedade civil, autônoma e sem fins lucrativos que luta pela democracia, com sede na cidade do Recife – Pernambuco. O SOS Corpo estava lado a lado com os movimentos de mulheres e demais movimentos sociais, pois acreditava em sua luta pela transformação social. Disponível em : https://soscorpo.org/?page_id=12.

¹⁶“Criada em 1980, a Rede Mulher de Educação é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, que promove e facilita a interconexão entre grupos de mulheres em todo o Brasil, constituindo uma rede de serviços em educação popular feminista.” (Núcleo de Documentação, Informação e Pesquisa, S.D). Disponível em :<https://ndptoledo.wixsite.com/ndptoledo/rede-mulher>.

Figura 3: Mapa conceitual do MMT/PB



Fonte: Elaborado pela Autora, 2025.

De acordo com Priscilla Gomes (2024), os mapas conceituais são instrumentos fundamentais para apresentar, de forma sistemática e lógica, o corpo de uma pesquisa. Neles, utilizam-se recursos esquemáticos e representações gráficas com o objetivo de interligar um ou mais conceitos, formando, assim, uma unidade de significado. Dessa maneira, o mapa conceitual apresentado é composto pelos principais elementos e características do MMT/PB: as entidades que contribuíram para sua formação e consolidação; as associações e movimentos com os quais se articularam; as categorias de trabalhadoras envolvidas; e as pautas centrais das mulheres. Ademais, ele também contempla a natureza dos documentos do MMT/PB disponíveis no Arquivo do SEDUP.

Com base no mapa conceitual, observa-se que as redes de entidades e movimentos, somadas às iniciativas das mulheres do MMT, foram responsáveis por consolidar a formação de novos movimentos. Surge, assim, em 1986 — três anos após o assassinato de Margarida Maria Alves, considerado um marco da intensificação da luta sindicalista — o Movimento das Mulheres do Brejo (MMB), criado por Maria da Penha e por integrantes do MMT. É fundamental destacar que Margarida Maria Alves constitui uma referência central para o MMT. Sua trajetória é narrada e rememorada em encontros e reuniões promovidos pelo movimento, servindo de inspiração para músicas, poesias e demais expressões artísticas produzidas pelas associadas. Margarida enfrentou ameaças à sua vida ao reivindicar os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, na luta contra a fome e a violência no campo. Denunciando injustiças, ela passou a representar a resistência e a força das trabalhadoras e trabalhadores do Brejo Paraibano.

Margarida tornou-se um símbolo de resistência para diversos movimentos sociais, inclusive o MMT/PB. Em inúmeros documentos, o movimento faz referência à sua trajetória. No I Encontro de Mulheres Trabalhadoras, realizado em 1986, por exemplo, as apostilas e os crachás entregues às participantes traziam o símbolo da margarida, e o cartaz de divulgação do evento seguia o mesmo padrão visual. Isso se deve ao fato de que “cada pétala de uma margarida representa uma categoria de trabalhadoras, seja lavadeira, empregada doméstica, operária, professora, comerciante, agricultora ou assalariada do campo. E todas as pétalas juntas simbolizam a classe trabalhadora do campo e da cidade presente no MMT” (Carta do Dia Internacional da Mulher do MMT, 1988). O MMT/PB incorporou o símbolo da margarida à sua identidade visual enquanto movimento social. A própria sede do MMT leva o nome da militante alagoa-grandense: **Margarida Maria Alves**.

Figura 4: Inauguração da sede do MMT/PB na cidade de Pirpirituba em 1986



Fonte: Arquivo do SEDUP (1986)

Assim, o Movimento das Mulheres do Brejo (MMB) emerge diante da necessidade de apoiar a luta sindical de mulheres em Alagoa Grande, Paraíba, conforme aponta Duarte (2014). Ambos os movimentos — MMB e MMT — atuaram de forma autônoma, ainda que mantivessem vínculos estreitos entre si. Contudo, com o falecimento de Maria da Penha em 1991¹⁷, principal liderança do MMB, somado à falta de apoio institucional e financeiro, o MMB unifica-se ao MMT, constituindo um único movimento. Segundo Souza (2019), a articulação entre o MMT e o MMB, na década de 1980, nas regiões do Brejo, Agreste e Mata Paraibana, possibilitou a construção de identidades femininas vinculadas à luta por direitos sociais, além de evidenciar a importância da coletividade na formulação de valores e práticas sociais. Apesar das aproximações e distanciamentos entre os dois movimentos, é inquestionável a relevância do MMT e do MMB na (re)conexão das mulheres com suas subjetividades e seus corpos, em sentir-se parte de algo, de um todo. Dessa forma, o MMT e o MMB favoreceram o prazer das mulheres em se libertarem e apresentaram novos formatos de ser mulher.

¹⁷ Margarida e Maria da Penha além de serem amigas, eram as principais lideranças sindicalistas da região. Há suspeitas do acidente de Penha ter sido encomendado para silenciá-la, pelo mesmo grupo responsável pelo assassinato de Margarida.

O MMT articulou mulheres trabalhadoras de todo o Brejo Paraibano e de diversas cidades do Agreste e da Mata Paraibana¹⁸, promovendo a formação de ramificações de lideranças locais com o intuito de fortalecer os vínculos entre as participantes do movimento nessas regiões. Assim, cada município contava com duas coordenadoras, como forma de ampliar a representatividade, fortalecer os laços entre as associadas e atrair novas mulheres para integrar o MMT/PB.

De acordo com Maria Preta, uma das membras do movimento:

“ [...] em cada município a gente tinha duas coordenadoras. Sim, o movimento era só movimento sem ter coordenação, aí vamo criar coordenação. Aí cada município tinha duas. Araçagi: eu e Socorro; já fazia dois anos que eu participava do movimento, aí Socorro entrou, aí já entrou como coordenadora eu e Socorro. Sapé tinha duas: Angelita e Dona Antônia. Na Cacimba de Dentro: Lucileide e Vanete. Em Duas Estradas: Zefinha, que mora Violeta e Cerise. Em Guarabira tinha, qual era de Guarabira? Eu não me lembro, eu sei que era Irmã Leal, era, e tinha já Inez que era de Guarabira e levou mais uma que ficou na coordenação, que aquela Lúcia já veio entrar na coordenação já depois. Eu me esqueci, mas as coordenações começaram a criar grupos de mulheres (Souza, 2019, p.47).

Destarte, a partir do mapa conceitual anteriormente apresentado e do relato de Maria Preta, observa-se a atuação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT/PB) na articulação, criação e apoio a outros movimentos e associações voltados às diversas categorias de mulheres¹⁹.

Nesse contexto, em 1986, foi realizado o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras na cidade de Guarabira (PB), em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. O evento reuniu cerca de 145 trabalhadoras, em sua maioria rurais, provenientes de diversos municípios do Nordeste, além de representantes de outras regiões do país, como São Paulo, Santa Catarina e Brasília. Entre as participantes, contabilizaram-se aproximadamente 68 trabalhadoras rurais, 42 trabalhadoras urbanas e 38 representantes de entidades apoiadoras, como as organizações não governamentais “Rede Mulher” e “SOS Corpo” (Recife/PE), responsáveis por fornecer materiais educativos (slides, recursos audiovisuais, entre outros) e por ministrar palestras durante o encontro. A faixa etária das participantes variava entre 19 a 62 anos.

¹⁸ De acordo com Laianny (2019), o MMT e o MMB chegaram a movimentar vinte e uma cidades do Brejo, do Agreste e da Mata Paraibana, ou seja, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Araçagi, Areia, Araruna, Bananeiras, Belém, Cuitegi, Dona Inês, Duas Estradas, Guarabira, Juarez Távora, Lagoa de Dentro, Mogeiro, Pilões, Pilõezinho, Pirpirituba, Sapé, Sertãozinho e Solânea.

¹⁹ Em alguns documentos do MMT, mostra a sua intenção em criar uma Associação de Professoras no âmbito estadual, do mesmo modo aprofundar a articulação da ALDEG com outras Associações da mesma categoria em cidades vizinhas e em outros Estados.

A programação do encontro foi estruturada para contemplar uma ampla gama de discussões e oficinas, ocorridas durante os dois dias do evento, de 7 a 8 de março, no Centro de Treinamento “Paulo VI”, em Guarabira. As mulheres se organizaram em grupos temáticos para debater os seguintes eixos: A – Mulher e Maternidade; B – Mulher e Sindicalismo; C – Mulher e Constituinte. Cada participante escolhia a roda de conversa de seu interesse, integrando oficinas, dinâmicas e diálogos que abordavam subtemas vinculados aos eixos centrais.

No grupo A, discutiu-se a livre escolha pela maternidade, a saúde da mulher e a vivência de uma sexualidade plena. O grupo B abordou questões relacionadas ao sindicalismo, incluindo os direitos trabalhistas e o acesso à terra. Já o grupo C concentrou-se na importância da nova Constituição Brasileira — à época em processo de elaboração — e nas propostas que poderiam ser encaminhadas às autoridades a partir dos debates promovidos durante o evento. O grupo A será analisado com maior profundidade no Capítulo 4 deste trabalho.

Para o encerramento do encontro, foi realizada uma passeata com cerca de duas mil mulheres. Mesmo diante do tempo nublado e da chuva torrencial, as militantes marcharam pelas ruas em defesa de seus direitos. As pautas debatidas durante o I Encontro Estadual foram levadas por uma delegação de mulheres — incluindo uma comissão composta por sete representantes do MMT — à Brasília. Nos dias 11 e 12 de junho de 1986, as reivindicações aprovadas no encontro foram apresentadas em audiências com representantes do governo federal: o Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário (Dante de Oliveira), o Ministro da Educação (Jorge Bornhausen), o Ministro da Previdência e Assistência Social (Rafael de Almeida Magalhães), o Ministro da Justiça (Paulo Brossard) e o Secretário de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho (Plínio Gustavo). A cada autoridade foi entregue um documento intitulado *Pautas Reivindicatórias*, elaborado a partir das discussões e deliberações na plenária realizada no último dia do evento.

Figura 5: Plenária realizada no I Encontro Estadual de Trabalhadoras



Fonte: Arquivo SEDUP (1986)

O I Encontro de Mulheres Trabalhadoras, organizado pelo MMT, também possibilitou a organização de outras iniciativas e reuniões, como o I Encontro da Saúde da Mulher, realizado em agosto de 1986, com o objetivo de aprofundar o debate sobre maternidade, corpo e sexualidade. Além disso, ao reunir mulheres de diferentes estados, evidenciou-se a necessidade da criação de um movimento de trabalhadoras mais amplo e articulado regionalmente.

Nesse sentido, o *Relatório sobre o I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste* aponta que a constituição do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE) está intrinsecamente relacionada à articulação entre o MMT/PB e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco (MMTR/PE). Esses movimentos realizavam encontros conjuntos para compartilhar experiências sobre as atividades desenvolvidas, discutir estratégias adotadas ou a serem implementadas, bem como para sugerir temas para eventos futuros. As integrantes de ambos os movimentos demonstravam preocupação em estabelecer uma articulação mais ampla, por meio da união de mulheres de todo o Nordeste, com o intuito de fortalecer a organização política e criar uma rede de contatos entre militantes de distintas regiões.

Dessa forma, foi realizado o primeiro encontro do MMTR/NE em maio de 1987, com o objetivo de promover o intercâmbio de experiências e projetos entre os estados do Nordeste,

incluindo a Paraíba, Maranhão, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Piauí e Bahia. Cada delegação regional apresentou suas pautas e reivindicações, o que possibilitou a construção de redes de solidariedade, afetividade e amizade que transcenderam os limites territoriais. Como expressam os depoimentos contidos no relatório do evento, essas trocas fortaleceram os laços entre as participantes, criando um sentimento de pertencimento coletivo e identidade comum:

Digo com sinceridade, um Encontro assim de NE, para quem vivia assim isolada só no Estado do Ceará, se mexendo num pequeno município, é motivo de alegria ver o NE assim nessa luta no sindicato e por terra. **O que me marcou muito foi a amizade, parece que a gente já se conhecia, tanto da parte das trabalhadoras como da assessoria (Participante 1);**

A gente viu aqui qual a tarefa mesmo que é preciso realizar, saímos daqui com **um compromisso de passar tudo às outras companheiras, para que possamos viver num todo**, em um todo assim: de lutar por essa libertação que tanto a gente fala, assumir a luta porque somos nós mesmas que temos de enfrentar juntas sem ficarmos divididas **(Participante 2);**

Aprendi muita coisa neste Encontro, por exemplo eu ouvia falar na CUT, mas eu não sabia, estou alegre de poder levar estas coisas às minhas companheiras. Nós mulheres do mundo precisamos levantar a bandeira do sindicato e da política conquistar, todas as mulheres do campo e da cidade. Vamos lutar com coragem que a vitória já vem **(Participante 3).**

(Relatório do 1 Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, 1987-SEDUP, **grifo da autora**).

O diálogo proposto por Margareth Rago (2019) acerca das formas de a mulher habitar e subjetivar o mundo ressalta o caráter aprisionador dos preconceitos, fundamentalismos e intolerâncias, que são responsáveis por inibir a “potência da vida e bloquear encontros e conexões possíveis”(Rago, 2019, p. 5). Os depoimentos anteriormente apresentados evidenciam o rompimento gradual dessa prisão. As mulheres se reencontram com sua essência, com seu coração e com sua alma; redescobrem-se enquanto sujeitos de uma jornada de autoconhecimento possibilitada pela militância, nos espaços de sociabilidade proporcionados pelos movimentos sociais em níveis regional, estadual e nacional.

Aquelas que tiveram a oportunidade de viajar e comparecer aos encontros realizados longe de suas residências, como os promovidos pelo MMTR/NE, retornavam aos seus lares com novos saberes e ideias, as quais eram compartilhadas com suas companheiras locais. Trata-se de um fluxo contínuo de vivências e trocas. Nessa perspectiva, elas praticam o que Rago (2019) denomina técnicas de si, isto é, promovem a participação coletiva, compartilham dores, conquistas e emoções. Essas mulheres narram e ressignificam as suas próprias vidas por meio do coletivo.

Outrossim, além da colaboração do Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba para a formação do MMTR/NE, os encontros começaram a evidenciar a necessidade de criação de associações específicas para diferentes grupos de militantes. A ampla participação de trabalhadoras urbanas no MMT, com destaque para professoras, contribuiu para a fundação da Associação dos Profissionais de Educação e Cultura (APEC), em 1987, que mais tarde se transformou no Sindicato dos Servidores da Educação Municipal (SINDSERM)²⁰, com sede na cidade de Guarabira, conforme documentos do SEDUP.

Ainda há perguntas a serem respondidas e questões a serem indagadas sobre o MMT/PB, o que demonstra a existência de uma diversidade de possibilidades de investigação a partir do acervo arquivístico do movimento, organizado pelo SEDUP, assim como por meio da história oral dessas mulheres, que precisam ser acessadas e registradas. Contudo, é possível afirmar, neste momento, a relevância da atuação do MMT na reconfiguração do poder e do conhecimento, por meio das suas pautas e reivindicações. As transformações nas formas de representatividade sindical, os processos de aprendizagem emancipadora vivenciados nos espaços de sociabilidade, do mesmo modo a mudança na forma como essas mulheres passaram a se enxergar e a ocupar o mundo iniciaram partir do discurso, dos diálogos promovidos nos encontros.

Segundo a teórica Grada Kilomba (2019), em sua obra *Memórias da Plantação*, a linguagem possui uma dimensão política que perpetua e fixa relações de poder, ao mesmo tempo em que define lugares identitários. Com base nessa concepção, observa-se que as mulheres se apropriam de discursos feministas nos encontros como forma de romper com a lógica colonial, patriarcal, branca e heteronormativa imposta às mulheres do Brejo. O processo de despersonalização que essas mulheres sofrem — entendido como a violência simbólica e subjetiva contra sua autoestima, identidade e subjetividade — é confrontado nos espaços organizados pelo MMT. A emancipação de si é também uma emancipação discursiva.

Nesse sentido, as mulheres do MMT utilizam músicas, poesias, cordéis e palestras sobre diversos temas nos encontros quinzenais, mensais e anuais como ferramentas para desconstruir

²⁰De acordo com Documentos do SEDUP, especificamente relatórios com o histórico do MMT. Entretanto, não há pesquisas sobre a Associação dos Profissionais de Educação, especificamente o SINDSERM, e a sua ligação com o MMT. Não achamos comprovação da continuação da sede do SINDSERM em Guarabira na atualidade. Atualmente, está em pleno funcionamento SINTEMG - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Guarabira-PB. De acordo com seu site oficial, o sindicato foi criado a partir de uma professora conhecida por Maria, que trabalhava há dez anos na rede municipal. Maria mobilizou outros professores e juntos criaram o SINTEMG, com objetivo de desenvolver representatividade para as suas reivindicações. Maria tornou-se presidenta do Sindicato após a sua criação em 2003 (SINTEMG,2025). Não sabemos se Maria possuía ligação com o MMT, mas sabemos que a mobilização de professoras existia desde a década de 1980. Por isso é necessário mais pesquisas sobre as amplas categorias de mulheres que compõem o MMT/PB para destrinchar essa questão.

as subjetividades moldadas pela ordem colonial e patriarcal, com o objetivo de semear inquietações e empoderamentos nos inconscientes, demonstrando outras possibilidades de existência.

Assim, com o objetivo de adentrar nesse universo da subjetividade e das relações do corpo com o meio em que está inserido, considera-se que as ações do MMT possibilitaram a contracolônização dos afetos e das formas de ser dessas mulheres, apresentando novas maneiras de se relacionar consigo mesmas e com o outro, bem como novas formas de pensar a maternidade e vivenciar a sexualidade. Partindo dessa perspectiva, convido a pessoa leitora a prosseguir até o último capítulo, no qual apresentarei minhas considerações sobre o papel significativo do MMT na emancipação da sexualidade dessas mulheres.

4. A DESCOLONIZAÇÃO DA SEXUALIDADE E DOS AFETOS A PARTIR DO MMT/PB

“(…)Nós, seres humanos, não somos autossuficientes, nunca fomos. Precisamos do ar, da água, da terra, do alimento; precisamos uns dos outros o tempo todo. Nossa interdependência e cuidado circular fazem a saúde da vida” (Núñez, 2023,p.72).

O convívio e as vivências sociais em nosso território não eram sustentados pelo gênero, com sua natureza binária e hierárquica, criado pelo processo de colonização (Oyèwùmí, 2020). Os lugares que as pessoas ocupavam se baseavam mais em quem elas eram, na sua relação com a terra e com a sua comunidade, fundamentadas a partir da cosmovisão de cada povo. Desse modo, com base no pensamento da socióloga argentina María Lugones (2020), entendemos o gênero como uma construção colonial, embasado nas imposições do projeto político da colonialidade. O mundo e as relações interpessoais nesse sistema são ditados por hegemonias sexuais, raciais e classistas, marcadas pela branquitude, cisheteronormatividade e cristandade.

A figura universal do homem e da mulher, sobretudo as regulamentações sobre seus corpos, nasceu na colonização e continuou a partir da colonialidade e da modernidade. Aníbal Quijano (2005) aponta a modernidade como uma junção das heranças da colonização com os interesses capitalistas, responsáveis por desenvolver tanto o processo de inferiorização racial quanto de subordinação de gênero, perpetuadas pelas alianças e pelos dispositivos de poder engendrados na sociedade.

À vista disso, nas contribuições de Michel Foucault (1999), o dispositivo do poder é uma estrutura múltipla no que se refere às correlações de forças que formam cadeias e estruturas

sociais, que se alicerçam na articulação de diversos sujeitos e aparelhos estatais, fundamentam-se no domínio do discurso, das leis e das hegemonias impostas ao âmbito sociocultural. Essas correlações de forças, segundo o autor, atuam nos aparelhos de produção, assim como nos aparelhos familiares, escolares, científicos e nas instituições sociais. As relações de poder investem no controle de todos os eixos que compõem a vida de uma pessoa, seja de natureza econômica, amorosa ou sexual. Dentro desse dispositivo de poder, há diversos outros que se conectam e mantêm a ordem patriarcal branca funcionando.

Entre esses dispositivos, existem o da racialidade e o da sexualidade, com suas respectivas características, mas que se entrelaçam quando se trata de impor interdições às mulheres negras. Para a socióloga Sueli Carneiro (2023), a racialidade é um domínio que produz saberes, interdições, campos epistemológicos e modos de subjetividade que instituem o dispositivo da racialidade, isto é, instaura uma divisão ontológica baseada na afirmação da pessoa branca pela negação e desumanização da pessoa negra. O dispositivo da racialidade “demarca a humanidade como sinônimo de branca, redefine as dimensões humanas e as hierarquiza” (Carneiro, 2023, p. 31), criando o lugar do “eu” (o branco, de classe alta, cisheteronormativo) e o outro (pessoas racializadas, da comunidade LGBTQIAPN+ e pobres).

Esse “eu” hegemônico produziu um roteiro de lugares e representações da pessoa negra, posicionando-a no lugar do “Outro”, o do Não-Ser. As pessoas dissidentes são os principais alvos da estrutura política do biopoder que, por sua vez, fundamenta o dispositivo da racialidade na sociedade brasileira. Segundo Carneiro (2023), embasada em Foucault (1999), o biopoder, situado nas entranhas da nossa organização social desde a colonização, regula a vida e as formas de viver de cada um, exercendo o poder de “deixar morrer” aqueles que não compactuam ou não são parte das hegemonias, definidas a partir dos parâmetros raciais, classistas e de gênero.

No cruzamento dos marcadores sociais, as mulheres negras, interioranas e da classe baixa, ou seja, as mulheres do Brejo paraibano, são as mais afetadas pelos dispositivos de poder e, conseqüentemente, pelas políticas de biopoder. Por isso, ressalto a importância de se trabalhar com a lente analítica da interseccionalidade, pois, para analisar as complexas dinâmicas e estruturas que essas mulheres habitam, deve-se entender a “inseparabilidade das estruturas do racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado na produção de avenidas identitárias no cruzamento e sobreposição desses marcadores” (Akotirene, 2019, p. 13). Seguindo esse pressuposto, para Carneiro (2023), a racialidade, junto com as estruturas sociais, cria mecanismos disciplinares do corpo e também determina o processo saúde/doença/morte. Com base na autora, a racialidade inscreveu “a branquitude no registro da vida e a negritude no signo da morte” e, por

esse motivo, há tanto tempo observamos o descaso em relação aos cuidados da saúde das pessoas racializadas.

Os debates propostos pelo MMT giravam em torno da qualidade da saúde da mulher oferecida nos postos de saúde em suas respectivas cidades, da mesma forma que sobre as maneiras de viver e enxergar a sexualidade. Essa discussão foi potente desde a década de 1970, com os movimentos sociais e feministas ganhando cada vez mais espaço. Para tanto, vale pontuar que a colonialidade e a modernidade podaram a maternidade e a sexualidade ao casamento, como forma de controlar os seus corpos e os seus afetos. Michel Foucault (1999) ressalta que o dispositivo da sexualidade é uma estratégia de classe exercida pelos grupos dominantes para controlar o sexo como meio de sujeição política e econômica. Por esse motivo, ao longo das décadas, as sexualidades dissidentes do padrão monogâmico heteronormativo foram classificadas como perversões e foram controladas por políticas higienistas governamentais, que estimularam o assujeitamento dos corpos femininos. E, por conta disso, os nossos corpos foram proibidos de sentir os prazeres e as sensações no livre exercício da nossa sexualidade, pelo fato dessa liberdade ameaçar a moral cristã e os interesses capitalistas, já que o sexo é um dos vários mecanismos de poder instrumentalizados pela branquitude.

As mulheres do MMT buscaram reelaborar a sexualidade por meio do coletivo, ao tomarem conhecimento sobre as particularidades dos seus próprios corpos. No I Encontro de Saúde, em 1986, foram realizadas rodas de conversa sobre anatomia e as funções do órgão feminino. A médica Diana, especialista na saúde da mulher, vinda de Recife para mediar o encontro junto com o médico Celerino, especialista em plantas medicinais, e com as enfermeiras e parteiras da região, destrinchou as áreas internas e externas da vagina às participantes do evento. As militantes falaram sobre os seus prazeres e as vivências sexuais, e foram incentivadas a procurarem mais prazer nas relações sexuais, explorando as zonas erógenas dos seus corpos, especificamente as posições sexuais que cada mulher poderia explorar, além de redescobrir as funcionalidades do seu clitóris e as maneiras de estimulá-lo.

O prazer, antes restrito ao masculino, passa a ser visto também como um direito da mulher. É notória a “vergonha” e até a “culpa” dessas mulheres em expor as suas vontades, isso vem de uma cultura católica e patriarcal longínqua, que buscou castrar os desejos do feminino. As participantes revelam que, apesar de terem vários filhos, não quer dizer que sentiam prazer durante a relação sexual, porque “foi colocado em nossa cabeça que devemos reproduzir e servir ao marido e nunca pensarmos em nós mesmas e em nosso corpo, até diziam que era pecado” (Relatório do I Encontro de Saúde, 1986). Dessa maneira, a sexualidade foi contaminada pelas

relações de poder, com base na redução do sexo ao casamento e à reprodução, como um requisito obrigatório e um papel a ser desempenhado pelas mulheres.

Nesse espaço de sociabilidade favorecido pelo MMT, foram debatidas as diferenças da excitação do sexo feminino para o masculino, no que concerne ao prazer da mulher estar centrado na estimulação constante do clitóris e das regiões mais sensíveis do seu corpo. Essa estimulação poderia ser feita por si mesmas ou com a ajuda dos seus cônjuges. Em adição, na reunião foram exploradas as possibilidades do prazer no caso das mudanças físicas das mulheres que têm filhos e as posições sexuais mais agradáveis e prazerosas para serem executadas por elas. As mulheres são conscientizadas a pensar em seu próprio prazer e que o homem também deve buscar satisfazê-las e estimular os seus corpos, não vivenciando o ato sexual apenas para si. Ou seja, há a desconstrução do pensamento da mulher ser apenas quem dá o prazer, para aquela que é dona do seu próprio prazer e tem direito de usufruí-lo.

Um dos principais pontos do Encontro foi explorar as fases da mulher, desde a sua infância até a vida adulta, a partir da abordagem sobre as mudanças corporais e hormonais que as mulheres enfrentam ao longo da vida, no que se refere ao ciclo menstrual, à virgindade e à importância de uma educação sexual realizada em casa pelos próprios pais, a fim de evitar e prevenir as violências sexuais às quais essas mulheres são expostas desde a juventude. De acordo com Grada Kilomba (2019), os corpos negros são os que mais sofrem com os estereótipos e estigmas da colonização, sempre sendo posicionados no lugar do outro, o do exótico, de uma sexualidade desenfreada e libidinosa. Esses discursos, por muito tempo, respaldaram as violências sexuais contra as mulheres negras e fizeram com que houvesse uma vigilância intensa por parte dos aparelhos sociais em relação à sua sexualidade. O MMT foi importante no combate a essa violência, tanto por ser um ambiente de denúncia quanto por mostrar a essas mulheres o poder de conhecer seus corpos e transmitir isso aos seus filhos e filhas.

Nesse sentido, para buscar quebrar com essas interdições existentes até nas sexualidades das mulheres negras, vários tabus foram quebrados e formas de controle da sexualidade foram desmanteladas nos espaços do MMT. Por exemplo, a médica Diana ressaltou que nem todas as mulheres sangram no rompimento do hímen e nem por isso deixam de ser virgens. Da mesma forma, a ligação das trompas, conhecida como laqueadura, não impede a mulher de sentir desejos e prazer durante o ato sexual, tornando-se um método contraceptivo eficaz, para além da pílula anticoncepcional. Nesse panorama, percebe-se que cada corpo é um corpo, com suas especificidades e necessidades. Entretanto, deve-se pontuar que essa desconstrução não foi tão profunda no sentido de desassociar a sexualidade das mulheres ao casamento, até porque as

bases do movimento estão atreladas à perspectiva católica, já que vemos a Igreja participando e atuando junto em muitos momentos com o MMT/PB.

Além disso, foram expostos métodos caseiros para o tratamento de doenças no útero e plantas medicinais como alternativas saudáveis e acessíveis para as mulheres sem condições de ter acesso a fármacos, e para aquelas que não reagem bem aos seus efeitos. Essa iniciativa do MMT, no compartilhamento de saberes em relação às plantas medicinais e remédios caseiros para os problemas de saúde, pode ser observada em vários boletins informativos posteriores à década de 1980.

Partindo desse viés, pensar alternativas naturais acessíveis às mulheres também era uma maneira de minimizar os impactos e resistir ao descaso e à desatenção com a saúde das mulheres racializadas no Brejo paraibano, no período estudado, tão denunciado nos documentos do MMT. Além disso, as militantes discutiram e planejaram ações para fiscalizar os atendimentos nos postos de saúde, especialmente o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM)²¹, lançado em 1984. Havia casos de negligência e mau atendimento às mulheres. Muitas trabalhadoras eram desinformadas em relação aos cuidados durante a gravidez, havia mulheres que não realizavam ou nem sabiam da existência do pré-natal. Esse cenário se estendia aos métodos contraceptivos, pois muitas buscavam evitar a gravidez e não sabiam como.

Muitas mulheres não estão querendo ter muitos filhos, mas não conhecem os métodos de evitar. Há lugares que começam a distribuir pílulas anticoncepcionais, mas sem orientação nenhuma. As pílulas têm prejudicado muito a saúde da mulher”
(Relatório do I Encontro Estadual de Trabalhadoras, 1986)

Por conseguinte, observa-se, no trecho do relatório acima, como a colonização também interditou a maternidade ao associá-la ao sistema monogâmico heteronormativo. Para Geni Núñez (2023), o sistema da colonialidade estabeleceu padrões de relacionamento e afetos amorosos por meio da estrutura da monogamia²², defendida tanto pela Igreja Católica quanto pelos dispositivos de poder intrínsecos à sociedade. A monogamia é entendida pela autora como uma estrutura que não tolera a concomitância de vínculos românticos, pautando-se em critérios

²¹“O Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) foi criado em 1984 com a proposta de descentralização, hierarquização e regionalização dos serviços, incluindo ações educativas, preventivas, de diagnóstico, tratamento e recuperação. A assistência à mulher em clínica ginecológica, no pré-natal, parto, puerpério, climatério, planejamento familiar, DST, câncer de colo de útero e de mama, além do atendimento a outras necessidades femininas, também fazem parte do PAISM” (RODRIGUES, 2022). Fonte: disponível em : <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/politica-de-saude-da-mulher-comemora-25-anos>. Acessado em 27/04/2025.

²²A monogamia para a autora não se trata de se relacionar apenas com uma pessoa por vez, mas se caracteriza pelos critérios citados acima, pois pensar a monogamia apenas pela quantidade de parceiros dentro de um relacionamento é empobrecer o conceito, diz Núñez(2023).

de fidelidade. Além disso, impõe parâmetros aos vínculos afetivos, como a indissolubilidade, a exclusividade afetiva e sexual, e o direito ao corpo do outro, fundamentando-se em relações heterossexuais como padrão da estrutura monogâmica, embora também possa abarcar relações homoafetivas que seguem tais características.

Foi durante a colonização, conforme aponta Núñez (2023), que essa estrutura tornou-se uma regra nos territórios colonizados, embora já existisse em outras culturas. A monogamia foi instrumentalizada pelos dispositivos de poder como forma de controlar o feminino, estabelecendo um sentido de posse masculina sobre o corpo das mulheres e deslegitimando o fim dos relacionamentos — fator que, em muitos casos, está na base da prática de feminicídios cometidos por ex-companheiros. Dessa forma, a monogamia estruturou uma cultura de violência e hierarquias de poder nas relações amorosas, reproduzindo, nos vínculos afetivos e familiares, as dinâmicas de poder presentes na estrutura social mais ampla, conforme argumenta Foucault (1999).

A maneira monogâmica de se relacionar atribui às mulheres uma tripla jornada de trabalho: trabalhar fora de casa, realizar tarefas domésticas e cuidar dos filhos. Na maternidade, a mulher torna-se a única provedora do cuidado, o que reforça sua exclusão dos espaços sociais e aprofunda a desigualdade de gênero. Essa dinâmica também serve como base de sustentação do sistema capitalista. Nas palavras de Núñez (2023, p. 32), “a sobrecarga e a exploração da mulher não branca sustenta toda a vida capitalista”. Por essa razão, observa-se uma forte reação conservadora diante de questionamentos que buscam romper com essa ordem amorosa.

Destarte, no primeiro Encontro Estadual do MMT, um importante questionamento foi levantado no grupo “Mulheres e Maternidade”: *Quando deixamos de ser mães?* Essa pergunta surgiu entre as participantes do evento, que relataram abrir mão de grande parte de suas vidas para assumirem a maternidade, enquanto o abandono paterno é uma das marcas das relações monogâmicas. Para as sociedades originárias, o cuidado é coletivo, não restrito a um grupo específico, mas compartilhado por toda a comunidade (Núñez, 2023). Contrariamente, vivenciamos uma maternidade que sobrecarrega as mulheres, responsabilizando-as integralmente pelo cuidado e desenvolvimento dos filhos. Quando não seguem o padrão da “mãe ideal”, essas mulheres são moralmente atacadas e culpabilizadas por tudo o que acontece com seus filhos.

Muitas mulheres são levadas a dar seus filhos e outras criam nas condições mais precárias, tendo que trabalhar o dia inteiro, deixando-os sozinhos em casa. E chegam cansadas e ainda tem que lavar roupa e fazer comida para eles. Os homens, no máximo, colaboram com sustento, mas a maioria não participa do cuidado em não ter filhos, nem em criar, dar carinho ou educar (Relatório do I Encontro Estadual de Trabalhadoras, 1986).

A solidão da maternidade é relatada pelas trabalhadoras, que expõem como essa vida de exploração dentro do sistema vigente as adocece e as desgasta. Além dos desafios próprios da maternidade, as mulheres do MMT relatam vivenciar situações de instabilidade no emprego devido à gravidez. Segundo o *Relatório do Encontro Estadual de Trabalhadoras*, as militantes denunciam que lojas, bancos, fábricas e prefeituras preferem contratar “moças” jovens, solteiras ou mulheres que fizeram laqueadura, em detrimento de mulheres casadas e grávidas. Em muitos casos relatados, elas perdem o emprego assim que os patrões descobrem a gravidez, com o intuito de não pagar os direitos trabalhistas nem prestar assistência.

De acordo com Lugones (2020), a distribuição do trabalho é racializada e geograficamente diferenciada, ou seja, o racismo interfere tanto na entrada quanto na permanência das mulheres negras e racializadas no mercado formal de trabalho. Para essas mulheres, segundo Akotirene (2019), não existe apenas um horário de trabalho, ele é contínuo e invade o ambiente privado de suas vidas. Tanto as trabalhadoras rurais quanto as urbanas do brejo destacam como o desgaste da tripla jornada de trabalho afeta sua saúde física e mental. Muitas afirmam estar envelhecendo precocemente e, devido à rotina acelerada, mal conseguem se alimentar. Esse cansaço extremo impacta diretamente a autoestima das trabalhadoras, uma vez que o tempo e o cuidado de si foram relegados às obrigações domésticas e aos serviços prestados a patrões, maridos e filhos(as).

Como forma de intervenção nessas relações desiguais, o MMT, por meio do debate entre as mulheres e suas contribuições durante o Encontro Estadual de 1986, propôs as seguintes reivindicações:

- I. Atendimento pré-natal eficiente para as trabalhadoras do campo e da cidade;
- II. Aumento do número de profissionais especializados no atendimento à saúde da mulher, bem como ampliações hospitalares;
- III. Fiscalização dos hospitais;
- IV. Acompanhamento médico às mulheres que utilizam pílulas anticoncepcionais;
- V. Aumento do número de creches na cidade e criação de creches no campo, para que as trabalhadoras possam deixar seus filhos(as); entre outras demandas (Relatório do I Encontro Estadual de Trabalhadoras, 1986).

Dessa forma, o MMT possibilitou o compartilhamento das negligências e violações de direitos vividas por essas mulheres no cotidiano. A mobilização permitiu que as trabalhadoras reivindicassem condições de vida mais dignas, sem se contentarem com essa realidade. Muitas dessas propostas foram levadas aos ministros, juntamente com as demandas apresentadas pelos demais grupos de mulheres durante o Encontro Estadual de Trabalhadoras. Como desdobramento, foi realizado o I Encontro da Saúde, em agosto de 1986, nas cidades de Guarabira e Pirpirituba, como uma das iniciativas para cumprir as metas estabelecidas pelas mulheres. Também foi promovido o Encontro de Casais, já mencionado anteriormente.

O MMT viabilizou um processo de descolonização dos afetos e das sexualidades a partir da coletividade. Como afirma Núñez (2023), descolonizar-se envolve o fortalecimento coletivo de nossas nutrições, o reconhecimento da nossa interdependência com outras pessoas e seres, pois são os laços de significado entre nós que nos sustentam no mundo. A descolonização é coletiva e tem como centro de luta o território, seja ele afetivo, sexual, político ou social. O MMT reflorestou as relações entre as mulheres, ressignificou o sentido de ser mulher e expandiu os espaços sociais a partir do coletivo. Por isso, a coletividade é tão potente, é nela que se tecem as “artesanais dos afetos”, ou seja, é no dia a dia com outras pessoas, “na delicadeza tanto mais rara quanto mais preciosa do correr das horas, na ternura e na brincadeira dos diálogos, no acalento das palavras solidárias, na escuta, no gesto, no elo, no vínculo” (Núñez, 2023, p. 91), que a própria saúde é forjada. A emancipação do “eu” começa com o “nós”.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, busquei evidenciar a potência dos documentos do MMT/PB no processo de decolonização e feminização da história das mulheres no brejo paraibano, a fim de destacar seu papel na emancipação das mulheres da região. O coletivo apresenta potencialidades significativas na resistência às imposições dos grupos dominantes, pois é a partir dele que transformações nas estruturas sociais, afetivas e sexuais se concretizam. O MMT/PB possibilitou mudanças nas perspectivas e formas como as mulheres passaram a se enxergar, construindo identidades mais sustentáveis e saudáveis, mesmo diante de uma realidade marcada pela exploração latifundiária-militar.

O “nós” pode ser tanto emancipatório quanto civilizatório, no caso do MMT/PB, foi por meio do coletivo que as mulheres voltaram a sonhar e a esperar. Iniciaram, assim, um percurso de libertação das amarras que as silenciaram e limitaram nos diversos espaços em que transitam. As mudanças interpessoais foram sendo construídas a partir de ressignificações subjetivas. O MMT/PB transformou o descontentamento com a realidade vivida pelas trabalhadoras do brejo em mobilização, mostrando que, por mais árdua e difícil que seja, a luta pode gerar transformações concretas.

O MMT/PB entrelaçou-se a diversos eixos de luta e categorias de trabalhadoras, sendo a luta pela terra uma das reivindicações mais potentes. A terra é afeto e território historicamente marcado por embates desde o período colonial. A relação das mulheres com a terra — permeada pelo carinho, pela ancestralidade e pelo direito de possuí-la novamente —

foi central nas pautas do MMT/PB durante a década de 1980. Contudo, não cabe a este trabalho aprofundar tal temática, que será explorada em estudos posteriores, dada sua relevância para o debate sobre a luta ancestral das mulheres do agreste paraibano em relação à terra que habitam e trabalham, mas da qual foram simbolicamente e constitucionalmente privadas.

Dessa forma, com base em documentos e trabalhos acadêmicos já produzidos sobre o MMT, procurei discutir a formação, a organização e a articulação do movimento na década de 1980. Aprofundei, ainda, o debate em um de seus eixos centrais de atuação: a sexualidade, a maternidade e a saúde da mulher. A partir da perspectiva de que a saúde é coletiva, o cuidado é construído no “nós”, a maternidade deve ser partilhada com a comunidade e a sexualidade pode e deve ser libertadora.

Por fim, ao contrário dos modos de vida neoliberais e capitalistas — nos quais a individualidade, a performatividade e a competitividade minam as relações interpessoais —, o MMT/PB, assim como outros movimentos sociais, demonstrou a importância de “sair do centro do mundo para fazer parte dele” (Núñez, 2023) e revelou a potência transformadora da coletividade.

FONTES

Relatório do I Encontro Estadual de trabalhadoras em Guarabira, 1986.

Relatório do I Encontro de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, 1987

Carta Aberta do "Movimento de Mulheres Trabalhadoras do Brejo Paraibano", 1986.

Carta do Dia Internacional da Mulher do MMT/PB, 1988.

Relatório do Encontro da Saúde em Guarabira, 1986.

Estatuto da Central Única dos Trabalhadores, 2024.

Mensagem ao IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU), 1985.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019

ALENCAR, Máira Fernandes *et al.* O contexto de uso do termo Arquivos Comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas**

A&B Arquivos & Bibliotecas, [S.L.], n. 19, p. 55-77, 2023. Universidade do Porto, Faculdade de Letras.

ALENCAR, Maíra Fernandes; TOGNOLI, Natália Bolfarini; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. Outros horizontes críticos e decoloniais nos estudos arquivísticos: em construção um mapeamento do domínio editorial internacional. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, [S.L.], v. 28, n. , p. 1-26, 5 maio 2023. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

ARAÚJO, Priscilla Gomes de. **POLÍTICA DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL DA PARAÍBA A LUZ DA GOVERNANÇA ARQUIVÍSTICA: uma análise a partir de Lei Estadual nº 11.263/2018**. 2024. 236 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

BRASIL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 25/04/2025.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. 4. ed, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Sentido dos Arquivos. In: I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ, 1, 2014, Belo Horizonte... Belo Horizonte: Diarq, 2014, 1-12.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade: Lembranças de velhos. 3 ed: São Paulo, Companhia das Letras, 1994

CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NO BRASIL: DAS FORMULAÇÕES INICIAIS DE SUA DOCTRINA AOS NOVOS DESAFIOS DA ATUALIDADE. Goiânia: UFG, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de Racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CERCHIARO, Marina Mazze; ALVES, Carolina. Mulheres, histórias e arquivos. **História e Cultura**, [s. l], v. 11, n. 1, p. 14-21, 2022.

CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. Revista Estudos Avançados, São Paulo: USP, vol. 11, n. 5, 1991, p. 173-191.

DORNELAS, Nelito Nonato; MELO, Magda Gonçalves de. **Os Intereclesiais de CEBs no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/edicao/os-intereclesiais-de-cebs-no-brasil/>. Acesso em: 30 abr. 2025.

DUARTE, Emmy Lyra. Movimento de Mulheres Trabalhadoras da Paraíba (MMT/PB): mobilização social, trabalho e relações de gênero, 2014, 130p. Dissertação (Mestrado em Geografia) –Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal

da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ufpb.br:8080/handle/tede/5852> Acesso em: 26 de jan. de 2025.

FAMILIARES, A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras (org.). **CONTAG celebra 59 anos de história e de lutas em cenário de reconstrução do País**. 2022. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/contag-celebra-59-anos-de-historia-e-de-lutas-em-cenario-de-reconstrucao-do-pais-20221220>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. Tradução de Márcia Angelini. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. 244 p.

GARRIDO, Ayra Guedes. OS ARQUIVOS FEMININOS DO CPDOC ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA DO “ESCOLA NO ACERVO. *História e Cultura*, [s. l.], v. 11, n. 1, p. 120-136, 2022.

GAK, Igor *et al.* Arquivos e decolonialidade: breves considerações acerca de uma abordagem necessária em pesquisa e extensão. *Raízes e Rumos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 104-113, 2021

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. (p. 53-83).

MOREIRA, Orlandil Lima; ZITIKOSKI, Jaime José. EDUCAÇÃO POPULAR NA PARAÍBA: memória e história do sedup. *Reflexão e Ação*, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 25-40, 26 jul. 2021. APESC - Associação Pro-Ensino em Santa Cruz do Sul.

MOREIRA, Orlandil de Lima. MEMÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PARAÍBA: A EXPERIÊNCIA DO SEDUP NO PAJAS – PROGRAMA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 20/21, n. 1/2, p. 120-135, 2012.

NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: experimentações sobre outras formas de amar*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. 141 p.

OLIVEIRA, Elizabeth de Souza; LUCINI, Marizete. O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. *Boletim Historiar*, [s. l.], v. 8, n. 1, p. 97-115, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias feministas. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. (p. 85-95).

PACÍFICO, Soraya Maria Romano; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre o feminino. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 73-90, 2006.

PESQUISA, Núcleo de Documentação, Informação e (org.). **Breve Histórico Rede Mulher de Educação no NDP**. Disponível em: <https://ndptoledo.wixsite.com/ndptoledo/rede-mulher>. Acesso em: 30 abr. 2025.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019. 192 p.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 18, p. 09-18, 1989.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, p. 67-82, 1995.

RAGO, Margareth. “Estar na hora do mundo”: subjetividade e política em foucault e nos feminismos. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [S.L.], v. 23, p. 1-11, 2019. FapUNIFESP (SciELO).

RAGO, Margareth. FEMINIZAR É PRECISO por uma cultura filógina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p. 58-66, 2001.

RODRIGUES, Talita. **Política de Saúde da Mulher comemora 25 anos**. 2022. Site da Fiocruz. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/politica-de-saude-da-mulher-comemora-25-anos>. Acesso em: 30 abr. 2025.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste paraser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba1. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015. Jul-Dez.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. Fundação Perseu Abramo. 2. ed, 2015

SANTOS, Antônio (Nêgo) Bispo dos. apud REDES DA MARÉ. “Somos começo, meio e começo – um até breve a Nêgo Fra”. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/artigo/321/somos-comeco-meio-e-comeco-um-ate-breve-a-nego-bispo>. Acesso em 20 de abril de 2025

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, Quilombos, modos e significados**. Brasília: Inct, 2015. 150 p.

SANTOS, Cibele Araújo Camargo Marques dos e LUZ, Charley dos Santos e AGUIAR, Francisco Lopes de. Introdução à organização de arquivos: conceitos arquivísticos para bibliotecários. Tópicos para o ensino de biblioteconomia: volume I. Tradução . São Paulo: ECA-USP, 2016. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002749735.pdf>. Acesso em: 02 maio 2025.

SETUBAL, Fundação Tide; CULTURA, Itaú. **Branquitude**. Disponível em: <https://www.ancestralidades.org.br/termos-e-conceitos/branquitude>. Acesso em: 30 abr. 2025.

SILVA, Janáina Vicente da *et al.* **MILITÂNCIA FEMININA NA PARAÍBA: movimento de mulheres trabalhadoras e movimento de mulheres trabalhadoras do brejo no período entre 1980 aos dias atuais/ female militancy in paraíba.** **Brazilian Journal Of Development**, [S.L.], v. 6, n. 12, p. 94682-94695, 2020. Brazilian Journal of Development. <http://dx.doi.org/10.34117/bjdv6n12-086>

SILVA, Janáina Vicente da. **AS MULHERES VÃO À LUTA: EXPERIÊNCIA E RESISTÊNCIA DA PARAIBANA MARIA DA PENHA NASCIMENTO SILVA (1970-1991).** 2022. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

SILVA, Fabiana Lima da. **O MOVIMENTO DAS LAVADEIRAS E EMPREGADAS DOMÉSTICAS: EXPRESSÕES DA EDUCAÇÃO POPULAR NA DÉCADA DE 1980.** 2019. 36 f. Monografia (Graduação) - Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Departamento de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2019.

SOUZA, Laianny Cordeiro Silva de. **MULHERES TRABALHADORAS EM MOVIMENTO: MMT e MMB na Paraíba nos anos de 1980.** 2019. 140 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

SOBREIRA, Dayane Nascimento. **“OLHA BRASÍLIA ESTÁ FLORIDA, ESTÃO CHEGANDO AS DECIDIDAS”:** experiências de um feminismo rural no brasil a partir da marcha das margaridas. 2022. 217 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SWAIN, Tania Navarro. O dispositivo amoroso e tutti quanti: as artimanhas do patriarcado. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 36, n. 2, p. 264-279, 2023

SWAIN, Tânia. **A construção imaginária da história e dos gêneros: o Brasil do século XVI.** Revista Textos de História, Brasil, vol.4, n.2, p. 130-153, 1996.

VASCONCELOS, Cláudia Pereira. Pensadoras Transcoloniais. In: SILVA, Ana Lúcia Gomes da *et al.* **Abecedário pedagógico sob rasura:** educação e(em) diversidade. Salvador: Jornal Editora Alecrim, 2023. Cap. 9. p. 313-316.

TARGINO, Ivan *et al.* As ligas camponesas na Paraíba. **Ruris (Campinas, Online)**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 83-117, 21 nov. 2013. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.53000/rr.v5i1.962>.